



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

8.ª Classe

História

Caderno de Apoio à Aprendizagem

Venda proibida
Distribuição gratuita

FICHA TÉCNICA

Título: Caderno de Apoio à Aprendizagem - 8ª Classe

Coordenação: Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE) e Direcção Nacional do Ensino Secundário (DINES)

Elaboradores: Agostinho Agostinho, Isac Malombe e Nárcia Iolanda Bonnett

Revisor científico: Paulo Lopes José

Revisores linguísticos: Benedito Cumbane, Teresa Mavulule, Sheila Mahalambe e Rui Manjate

Arranjos gráficos e Layout: Manuel Mussa Biriante e Hortêncio Belunga Tembe

Impressão: MEC

Edição: 2025

VENDA PROIBIDA

Nota Introdutória

O presente caderno foi elaborado para auxiliar o professor e o aluno no processo de ensino e aprendizagem de conteúdos da disciplina de História na 8ª classe, com vista ao desenvolvimento de competências definidas no programa de ensino.

O caderno está organizado em unidades temáticas, nomeadamente:

- Unidade I – A formação do sistema capitalista mundial entre os séculos XV - XVIII;
- Unidade II – O capitalismo industrial e o movimento operário nos séculos XVIII e XIX;
- Unidade III – Do capitalismo industrial ao imperialismo.

Cada Unidade Temática integra:

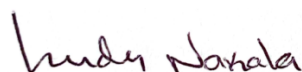
- conteúdos;
- sugestões;
- actividades ou exercícios;
- sugestões de soluções.

O professor, enquanto principal facilitador do processo de ensino-aprendizagem, irá apoiar o aluno na exploração dos conteúdos, clarificação de exercícios e correcção.

A medida que forem ministrados os conteúdos, a partir da avaliação da aprendizagem dos alunos, o professor irá, de forma progressiva, orientar a exploração dos conteúdos.

Este caderno de exercício deve ser usado como material auxiliar básico no processo de ensino e aprendizagem.

A Directora-Geral do INDE



ÍNDICE

UNIDADE TEMÁTICA I - A FORMAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA MUNDIAL: SÉCULO XV-XVIII.....

Introdução.....	6
1. A Europa e o mundo no início do século XV.....	6
1.1. O período de transição do Feudalismo ao Capitalismo.....	6
1.1.2. A economia europeia no período de transição ou Antigo Regime.....	7
1.1.3. A sociedade europeia no período de transição.....	8
Exercício de consolidação 1.....	9
1.2. O desenvolvimento sócio-económico, político e cultural do continente africano entre os séculos XV – XVIII.....	9
1.2. As relações entre África e outros continentes nos séculos XV-XVII.....	12
1.2.1 O comércio mediterrânico nos séculos XIII - XV: Principais mercadores e a ascensão dos turcos e italianos.....	12
1.2.2. A expansão europeia e o comércio colonial.....	13
1.2.3 A expansão portuguesa em Moçambique.....	16
Exercícios de consolidação 2.....	16
1.2.4 A pilhagem colonial e as trocas desiguais.....	18
Exercícios de consolidação 3.....	19
1.3. A evolução política, económica e cultural na Europa entre os séculos XV – XVIII.....	20
1.3.1 Os movimentos culturais e religiosos.....	20
Exercícios de consolidação 4.....	21
1.3.2. A crise religiosa do século XVI: A Reforma Protestante e a resposta da Igreja Católica.....	22
Exercícios de consolidação 5.....	26
1.4. O mercantilismo e o seu papel na pilhagem colonial e acumulação de capitais na Europa.....	25
1.5. O absolutismo.....	27
1.6. O Iluminismo.....	29

1.7. As Revoluções Burguesas.....	30
1.7.1. A Revolução Burguesa na Inglaterra.....	30
1.7.2. A independência nas colónias inglesas da América do Norte e o seu significado para o mundo.....	33
Exercícios de consolidação 6.....	36
1.7.3. A Revolução Francesa (1789-1799).....	36
Exercícios de consolidação 7.....	39
UNIDADE TEMÁTICA II - O CAPITALISMO INDUSTRIAL E O MOVIMENTO OPERÁRIO ENTRE OS SÉCULOS XVIII-XIX.....	41
Introdução.....	41
2. A Revolução Industrial e o desenvolvimento do Capitalismo Industrial.....	41
2.1. As fases da Revolução Industrial e as principais inovações.....	43
Exercícios de consolidação 8.....	48
2.2. O Movimento Operário.....	45
2.2.1. Os Trade-Unions na Inglaterra.....	51
Exercícios de consolidação 9.....	53
2.2.2. A formação dos partidos operários europeus.....	49
Exercícios de consolidação 10.....	51
UNIDADE TEMÁTICA III - DO CAPITALISMO INDUSTRIAL AO IMPERIALISMO.....	52
Introdução.....	52
3. O início do imperialismo e a política imperialista.....	52
3.1. A passagem do capitalismo de livre concorrência ao capitalismo monopolista.....	52
3.2. O Capitalismo monopolista e a expansão imperialista.....	54
3.2.1 A Conferência de Berlim e a partilha de África.....	54
3.2.2. Os tratados e a ocupação dos territórios africanos.....	60
3.3. A Luta dos povos contra a ocupação efectiva em África e em Moçambique.....	57
3.3.1. Exemplos de resistência na África Austral.....	62
Exercício de Consolidação 11.....	63
SOLUÇÕES DAS ACTIVIDADES.....	64
BIBLIOGRAFIA.....	72

Introdução

Nesta unidade, vais estudar a transição do feudalismo para o capitalismo, compreendendo como a Europa passou de uma sociedade agrária para uma economia comercial e urbana, dando início ao mundo moderno. Vais perceber as transformações económicas, políticas e culturais que mudaram a forma de viver, trabalhar e pensar.

A unidade aborda também as grandes navegações e a expansão europeia a partir do século XV, analisando os seus factores, objectivos e etapas, o papel das potências coloniais e o impacto do contacto europeu no continente africano entre os séculos XV e XVIII. Por fim, vais compreender as grandes mudanças e revoluções dos séculos XVI a XVIII que originaram novas ideias, sistemas políticos e modelos económicos da sociedade actual.

1. A europa e o mundo no início do século XV

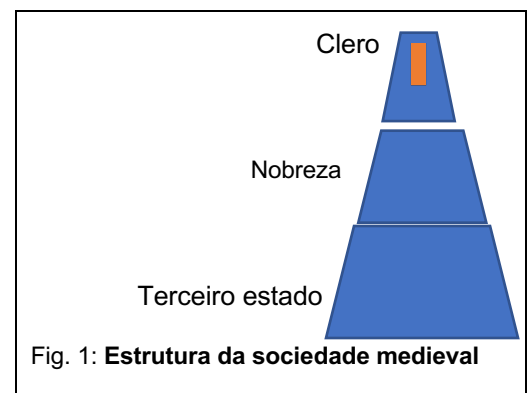
1.1. O período de transição do Feudalismo ao Capitalismo

1.1.1 A sociedade medieval

Antes do século XV, a Europa viveu um longo período de cerca de dez séculos denominado Idade Média, durante o qual a sociedade era estratificada e dominada política e economicamente pelo clero e pela nobreza. O modo de produção dominante neste período era o feudalismo, sendo a principal actividade a agricultura praticada pelos servos nas terras dos senhores feudais, mediante o pagamento de diferentes tributos.

Na Idade Média, existiam três (3) classes/ordens/estados, nomeadamente: clero, nobreza e terceiro estado.

Clero – composto pela classe no topo da hierarquia social que tinha a função de zelar pela moral social e pela educação, ministrar o culto religioso e confirmar os reis. O clero possuía



terras e outros patrimónios, recebia dízimos, doações e, tal como a nobreza, detinha poder económico.

Nobreza - composta pelos membros das famílias mais influentes da sociedade, que exerciam funções como as de governadores, administradores, militares, condes, duques e senhores feudais.

Terceiro estado - composto pela população comum, o povo trabalhador - agricultores, criadores de gado, artesãos, comerciantes, profissionais liberais e estava sujeito a várias obrigações de vassalagem e tributos, tais como: a corveia, a talha, as banalidades, a mão morta, o dízimo, etc.

A Sociedade feudal era estratificada ou hierarquizada, isto é, uma sociedade de classes onde havia exploração do Homem pelo Homem.

1.1.2. A economia europeia no período de transição ou Antigo Regime

Estrutura económica feudal

A invasão de Roma pelos bárbaros, povos oriundos do norte da Europa, no século V levou à decadência da actividade comercial e à ruralização da economia nas propriedades dos senhores feudais.

A população, refugiada no campo, nos feudos, encontrava alívio espiritual nos mosteiros e conventos existentes nos limites feudais. Para sobreviver, dedicava-se à agro-pecuária, produzindo cereais como trigo, cevada e aveia, além de leguminosas (ervilhas, feijões e hortaliças) e frutas.

Criavam-se animais para obtenção de carne, leite e lã, e o gado era utilizado também como força de tracção. O comércio era realizado por troca directa, conhecida como escambo, sendo raro o uso da moeda. A economia medieval era basicamente agrária e auto-suficiente, pois o feudo produzia quase tudo o que necessitava para atender às suas próprias necessidades de alimentos e serviços.

O feudalismo foi o sistema político e sócio-económico dominante na Idade Média europeia, baseado na posse da terra por senhores feudais e nas relações de vassalagem, em que os camponeses trabalhavam as terras em troca de protecção.

Características do feudalismo

- A terra pertence aos senhores feudais (sistema de feudos);

- A principal actividade económica é a agro-pecuária;
- Uso de mão-de-obra servil (sistema de vassalagem).

Neste sistema de produção, o camponês (servo) usava a terra de um senhor feudal para residir e produzir, em troca, cedia parte da produção e prestava serviços de vassalagem ao seu senhor.

1.1.3. A sociedade europeia no período de transição

A transição do feudalismo ao capitalismo

Historicamente, a Idade Média inicia no ano de 476, com a invasão de Roma pelos bárbaros (queda do Império Romano do Ocidente), o que resultou num êxodo urbano e na preferência das populações pela vida rural, onde a posse da terra e a prática da agricultura mostraram-se fundamentais para a sobrevivência das populações. Esta realidade criou condições para o progresso dos senhores feudais, detentores de terras.

A estrutura feudal recebe o suporte do Clero (Igreja Católica), o que torna a política medieval uma teocracia. Portanto, a Idade Média desenvolve-se acompanhando o crescimento do Império Romano e da Igreja Católica.

No século XV, tanto a Igreja Católica, como o Império Romano, enfrentam crises que abrem caminho para o fim do sistema feudal e o ressurgimento da vida urbana, nos chamados burgos, onde a economia é dominada pela actividade comercial e pela burguesia.

Algumas marcas da crise do regime medieval e do sistema feudal são:

- 1378-1417 - O Grande Cisma do Ocidente em que a Igreja Católica passou a ter dois Papas, um residente em Roma (Itália) e outro em Avinhão (França);
- 1337-1453 – A Guerra dos Cem Anos, opondo a França e a Inglaterra por disputas territoriais e de trono (guerras de sucessão);
- 1453 – A tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos e queda do Império Romano do Oriente, marcando historicamente o fim da Idade Média.

As crises vividas na Europa, marcadas por guerras, peste negra e pela revolta dos camponeses, contribuíram para a decadência do sistema feudal. Em contrapartida, o florescimento do comércio, o desenvolvimento urbano, a expansão marítima, o renascimento cultural, abrem caminho para um novo período dominado pela burguesia e pelo capitalismo.

Quadro comparativo da Idade Média e Idade Moderna

IDADE MÉDIA (séc. V-XV)	IDADE MODERNA (séc. XV-XVIII)
Feudalismo <ul style="list-style-type: none">• Sistema de feudos (grandes extensões de terras pertencentes aos senhores feudais)• A principal actividade económica é a agricultura praticada pelos servos que pagam vários tributos aos senhores feudais	Capitalismo <ul style="list-style-type: none">• Propriedade privada dos meios de produção (oficinas, fábricas, máquinas, barcos, etc.), uso da mão-de-obra assalariada, busca constante pelo lucro e acumulação de capital

Exercícios de consolidação 1

1. Quais são as classes sociais que compunham a sociedade medieval?
2. Menciona as obrigações de vassalagem e tributos do terceiro estado durante a Idade Média.
3. Qual era a principal actividade económica na Idade Média?
4. Durante a Idade Média, desenvolveu-se na Europa uma sociedade de exploração do homem pelo homem.
 - Explica o sentido desta afirmação.
5. Completa a frase:
Na Idade Média vigorou um sistema de grandes propriedades de terras denominadas (i) _____, pertencentes aos (ii) _____, que as disponibilizavam aos (iii) _____, para o cultivo e habitação, mediante o pagamento de (iv) _____, nomeadamente, (v) _____, _____, e _____.

1.2. O desenvolvimento sócio-económico, político e cultural do continente africano entre os séculos XV - XVIII

No século XV, o continente africano apresentava uma grande diversidade sócio-política e económica, desde pequenas comunidades nómadas até grandes estados centralizados e impérios dirigidos por reis. Exemplo:

- **Império Songhai**– Localizado na África Ocidental, com capital em Gao, tornou-se um dos maiores impérios africanos, destacando-se pelo comércio transaariano e pelo desenvolvimento cultural e académico de Tombuctu.

- **Reinos Hausa**– Conjunto de cidades-Estado como Kano, Katsina e Zaria, importantes centros comerciais e artesanais na África Ocidental.
- **Império do Congo**– Situado na África Central, com capital em Mbanza Congo, destacou-se pela organização política centralizada e pelas relações diplomáticas e comerciais com os europeus.
- **Império Etíope (Abissínia)**– Um dos mais antigos Estados africanos, manteve uma forte identidade política e religiosa cristã, resistindo à dominação estrangeira.
- **Império Mwenemutapa**– Situado no Sudeste Africano, controlava importantes rotas comerciais de ouro e marfim.
- **Reino de Lunda**– Localizado na África Central, destacou-se pela sua estrutura política organizada e pela expansão territorial.

(i) Economia

Embora a agricultura fosse a actividade predominante na maioria dos estados africanos, nos Hausas, o comércio era a principal actividade económica, o que contribuiu para o surgimento das primeiras cidades-estado na África Ocidental.

No antigo Sudão, o comércio era feito através de caravanas de camelos que atravessavam o deserto, enquanto na África Oriental, os árabes navegavam até à costa do Oceano Índico, onde estabeleciam os seus entrepostos comerciais. O comércio com os árabes contribuiu para a formação das cidades de Mogadíscio, Quíloa, Sofala, Ilha de Moçambique na Costa Oriental de África. Essas trocas comerciais contribuíram para a disseminação da religião e da cultura islâmica na África do Norte e nas zonas costeiras do continente. Os povos bantu viviam, inicialmente, da agricultura, da caça, do artesanato e da metalurgia do ferro, mas devido à imposição estrangeira, começaram a praticar também a mineração do ouro e a caça ao elefante. Com o ouro e o marfim, a aristocracia dominante participava no comércio à longa distância de onde obtinha os bens de prestígio como tecidos, missangas, objectos de vidro e de porcelana trazidos pelos mercadores asiáticos.

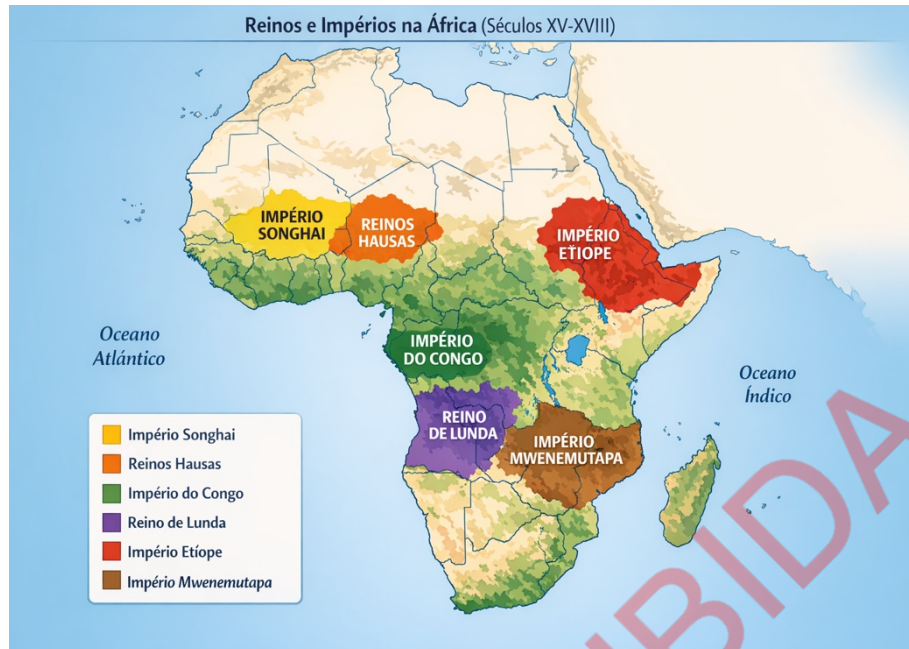


Fig 2: Reinos e Impérios no continente africano séculos XV-XVIII

(ii) Política

Na África Austral, o Reino do Zimbabwe (1250-1450) ou casas de pedras e posteriormente o Império dos Mwenemutapas foram centros políticos e administrativos importantes para os povos do planalto do Zimbabwe. Neste império, a elite dominante vivia nas casas de pedra, rodeada por aldeias de caniçado onde habitava a comunidade aldeã, denominada *mushas*. Outras casas de pedra mais pequenas (*madzimbabwe*) foram construídas ao longo das rotas comerciais que iam dar à costa do Índico, como era o caso do Manyikeni que se situava a aproximadamente 50 km de Vilankulo, entre a costa e o Grande Zimbabwe. A região era um importante centro de trocas comerciais entre comerciantes bantu shona-karongas e os mercadores asiáticos.

(iii) Aspectos sócio-culturais e ideológicos

Até ao século XVII, a sociedade e a cultura africanas eram caracterizadas por uma grande complexidade e heterogeneidade sócio-cultural. Antes das influências árabes e cristãs, a cultura africana baseava-se nos usos e costumes locais diversificados. Algumas populações praticavam religiões *animistas*, enquanto outras praticavam o culto aos antepassados, vistos como os guardiões do bem-estar social e económico, com os anciãos a desempenharem o papel de intermediários entre os vivos e os mortos.

A religião islâmica começa a implantar-se a partir do século VII, exercendo influência primeiro nas regiões costeiras e depois no interior, à medida que se espalhava através das rotas comerciais estabelecidas pelos mercadores. A influência asiática, especialmente na Costa Oriental de África, contribuiu para o surgimento e desenvolvimento da cultura e civilização Swahili, resultado da fusão entre as tradições africanas e as dos árabes e persas. Foi sob essa influência que se formaram os reinos afro-islâmicos ao longo da costa de Moçambique, tais como o Sultanato de Angoche, os Xeicados de Quitangonha, Sangage e Sancul.

A passagem dos portugueses por Moçambique a caminho da Índia, no século XV, testemunhara um intenso comércio de ouro na costa moçambicana dominado pelos mercadores árabe-persas, que eram ao mesmo tempo xeiques e sultões estabelecidos na zona costeira norte de Moçambique, incluindo a Ilha de Moçambique.

1.2. As relações entre África e outros continentes nos séculos XV-XVII

Entre os séculos XV e XVII, a África estabeleceu relações com os europeus, baseadas no comércio. Neste período, os europeus estabeleceram feitorias junto à costa de onde faziam comércio com os africanos. Para além do comércio, os europeus implantaram o cristianismo.

1.2.1 O comércio mediterrânico nos séculos XIII - XV: Principais mercadores e a ascensão dos turcos e italianos

A influência turca na região do Magreb está associada ao comércio de especiarias orientais nas cidades europeias, nomeadamente, das penínsulas ibérica e itálica. No séc. XIII, o comércio com o oriente envolvia os árabes e os italianos. Neste comércio, as especiarias e outros produtos orientais chegavam à Europa por via terrestre.

Principais rotas comerciais

- Pelo Norte - saindo da China atravessavam o mar Negro, até Constantinopla;
- Pelo Centro - da Índia e da China seguiam até aos portos da Síria;
- Pelo Sul - da Índia (Calcutá), penetrando no Mar Vermelho e seguindo até Alexandria, no Egito.

Entre os séculos XII e XIV, os turcos desempenharam um papel importante no comércio mediterrânico, dominando o comércio na Argélia. Os comerciantes locais, com desejo de se

livrarem dos espanhóis, pediram auxílio ao pirata turco Barba Roxa, que tinha influência na Constantinopla. Assim, o domínio turco consolidou-se na África do Norte, permitindo alguma prosperidade à Argélia e à Tunísia.

As partes envolvidas neste comércio eram: Veneza, Génova (cidades italianas), o Extremo Oriente (Índia), Argélia (norte de África).

Os principais mercadores foram: os italianos, os judeus provenientes da Espanha, os árabes e os portugueses.

1.2.2. A expansão europeia e o comércio colonial

A expansão europeia foi um período histórico caracterizado por viagens marítimas ao ultramar, iniciado pelos portugueses e espanhóis no século XV, com o objectivo de explorar e conquistar novos territórios. As viagens culminaram com as descobertas das regiões importantes da África, da Ásia e da América.

Antecedentes da expansão marítima europeia

A Europa no século XV foi assolada por uma série de crises: económica, sanitária, política, e religiosa, que passamos a descrever:

- **A económica** - foi caracterizada pela deslocação da população do campo para as cidades (êxodo rural), por conflitos sociais e protestos das populações devido à subida do custo de vida, à falta de cereais, de ouro e prata; à desvalorização da moeda;
- **A sanitária e política (epidemias e guerras prolongadas)** – a peste negra e a guerra dos Cem Anos abalaram a sociedade europeia e, no final destas crises, a população europeia aumentou e surgiu a necessidade de se obter oportunidades comerciais e explorar ou conquistar novos espaços no mundo;
- **A religiosa** – com esta crise surgiu a insegurança nas anteriores rotas comerciais que consistiu no prolongamento das guerras religiosas entre católicos e muçulmanos (assaltos frequentes de piratas e elevados custos das tarifas alfandegárias), tornando as antigas vias terrestres arriscadas e pouco rentáveis.

A expansão europeia tinha como meta descobrir um caminho marítimo até ao Oriente (Índia), principal fonte de especiarias.

Factores da expansão europeia

Os factores da expansão europeia são:

- **Políticos:** a formação de estados centralizados na Europa; aliança entre a burguesia e o rei.
- **Económicos:** o encarecimento dos produtos orientais devido ao monopólio dos italianos e turcos no comércio na região; a procura de metais preciosos (ouro e prata), produtos vitais para as coroas europeias.
- **Técnico-científicos:** a curiosidade científica e o desejo de saber mais sobre o mundo; a descoberta de novas técnicas e instrumentos de navegação e de orientação (bússola, astrolábio, quadrante, caravelas e naus).
- **Ideológicos:** desejo de propagar a fé cristã e combater o islamismo.

Principais objectivos da expansão europeia

A busca por um caminho marítimo para Índia, que esteve na origem da expansão europeia, tinha como objectivos:

- procurar novos mercados e fontes de matéria-prima para as manufacturas europeias em franco desenvolvimento;
- difundir o cristianismo no mundo; e
- travar o avanço do islamismo.

Etapas da expansão marítima europeia

A expansão marítima europeia decorreu em duas fases:

(i) **Primeira fase** (séculos XV-XVI)

Iniciou no princípio do século XV e prolongou-se até finais do século XVI, sendo que Portugal foi a primeira potência naval da Europa a entrar nesta aventura, seguida pela Espanha, apoiados pelos respectivos governos monárquicos (reis). Portugal reunia condições favoráveis para iniciar a viagem expansionista marítima, nomeadamente:

- óptimas condições geográficas e recursos humanos;
- a sua localização na península Ibérica onde existiam bons portos;
- condições políticas favoráveis pela estabilidade (Paz) que Portugal vivia no início século XV;

- condições técnico-científicas suficientes sobre a navegação transmitida pelos judeus e árabes.

O tratado de Tordesilhas

A primeira fase foi igualmente marcada pela entrada da Espanha na expansão, tendo também como principal objectivo a descoberta do caminho marítimo para Índia, seguindo para ocidente do Oceano Atlântico. Esta missão foi atribuída a Cristóvão Colombo que, em 1492 partiu da Espanha rumo à Índia, navegando em direcção ao Ocidente, mas terminou a sua expedição na América que julgou ser o destino planeado. Daí a confusão de Colombo ao tratar os povos nativos da América por índios.

A entrada da Espanha na expansão europeia foi marcada por contradições entre os dois países da península ibérica, devido a disputas territoriais.

As disputas entre Portugal e Espanha, no contexto da expansão europeia, só foram resolvidas com a assinatura do **tratado de Tordesilhas**, em 1494. Segundo este tratado, o mundo ficaria dividido em duas partes: as terras descobertas a oeste, a 370 léguas do arquipélago de Cabo Verde, ficariam com a Espanha e a parte oriental pertenceria a Portugal.

(ii) Segunda fase (século XVII-XVIII)

Teve como principais envolvidos a Holanda, a Inglaterra e a França, motivados pelos ganhos que Portugal e Espanha vinham obtendo.

A Holanda tornou-se a maior potência marítima do século XVI e princípios de século XVII. A partir de meados do século XVII, os ingleses e franceses passaram a ser os principais expansionistas.

Enquanto a primeira fase da expansão portuguesa e espanhola foi organizada e financiada pelos reis, a segunda fase foi financiada por companhias criadas especialmente para esse fim na Holanda, na Inglaterra e na França. Exemplo: a *Companhia Holandesa das Índias Orientais* criada em 1602, em Amsterdão, vocacionada para a procura de metais preciosos.

As conquistas holandesas, inglesas e francesas

- Os holandeses conquistaram a ilha de Coração, nas Caraíbas, as ilhas Indonésias de Malaca e Ceilão e nas costas do Oceano Atlântico fixaram-se, por algum tempo, no Nordeste do Brasil, São Tomé e Luanda e ainda ocuparam a Costa da Mina, no Golfo da Guiné, e a região do Cabo, na África do Sul.

- Os ingleses ocuparam Jamaica, Bahamas e América do Norte entre os séculos XVII e XVIII, enquanto os franceses ocuparam o Canadá e Flórida, na América do Norte, Guadalupe, Granada e Martinica, nas Caraíbas e ilhas do Oceano Índico.

1.2.3 A expansão portuguesa em Moçambique

Os primeiros contactos entre portugueses e moçambicanos aconteceram em 1498, numa viagem comandada por Vasco da Gama, com destino à Índia. A primeira escala dos portugueses em Moçambique foi Inhambane, de onde seguiram para a Índia, passando pela Ilha de Moçambique e pelo Arquipélago das Quirimbas e chegando à Índia entre Março e Abril de 1498.

Após o regresso de Vasco da Gama à Portugal, Moçambique passou a ser o alvo de planos futuros de ocupação dos portugueses. Assim, os portugueses começaram a fixar-se no país com o objectivo de fazer comércio de especiarias no Oceano Índico, bem como o comércio de ouro e de marfim provenientes do planalto do Zimbabwe e criaram feitorias e fortalezas ao longo da costa que passamos a apresentar:

- 1505 - Fundação da feitoria de Sofala como principal porto de saída de ouro;
- 1507 - Fundação da feitoria da Ilha de Moçambique;
- 1522 - Fixação nas Ilhas Quirimbas;
- 1530 - Criação de feiras comerciais em Sena e Tete;
- 1544 - Fundação da feitoria comercial de Quelimane.

A expansão europeia marcou um dos períodos mais importantes da história mundial, caracterizando-se pela busca de novas rotas comerciais, riquezas e territórios. Esse processo, que começou entre os séculos XV e XVI, desenvolveu-se em várias fases, desde as primeiras viagens marítimas de exploração até a consolidação dos impérios coloniais.

Exercícios de consolidação 2

1. Caracteriza a África entre os séculos XV-XVII, considerando o seguinte:
a) Política b) Economia c) Cultura e ideologia
2. Menciona as cidades mercantis que mais se destacaram na África Oriental neste período.
3. Assinala com V as afirmações verdadeiras e F as falsas.

- a) O feudalismo é um sistema económico que se desenvolveu em África entre os séculos XV-XVIII. ()
- b) Os impérios da África Ocidental que mais se destacaram foram: Mali, Gana e Songhay. ()
- c) Até o século XV, o principal centro político e monumental da África Austral foi o Grande Zimbabwe. ()
- d) A partir do século XV, todos os estados e impérios africanos passaram a professar a religião cristã. ()
4. Assinala com X **apenas** as opções correctas.
- a) Nas primeiras viagens expansionistas do século XV, os portugueses não tinham objectivos de se fixar em África. ()
- b) Durante o século XV as relações entre africanos e os europeus eram fundamentalmente comerciais. ()
- c) Os portugueses decidiram fixar-se em Moçambique para controlarem o comércio de escravos. ()
5. Menciona os Estados afro-islâmicos que se destacaram na costa de Moçambique entre os séculos XV-XVIII.

1.2.4 A pilhagem colonial e as trocas desiguais

Durante a expansão europeia, os mercadores europeus trocavam nas feitorias costeiras produtos de baixo valor (tecidos, missangas, espelhos e bebidas alcoólicas) por ouro, marfim e escravos, configurando um comércio desigual que beneficiou as metrópoles.

O tráfico de escravos na África Oriental e, particularmente em Moçambique, iniciou no século XVII, mas foi na segunda metade do século XVIII que a procura da mão-de-obra negra ultrapassou a procura de ouro e de marfim. A obtenção de escravos em Moçambique era através da caça por guerreiros dirigida pelos chefes locais em Quelimane, Angoche, Sena, Mongicual, Momba e Ibo. Os homens capturados eram considerados mercadoria para

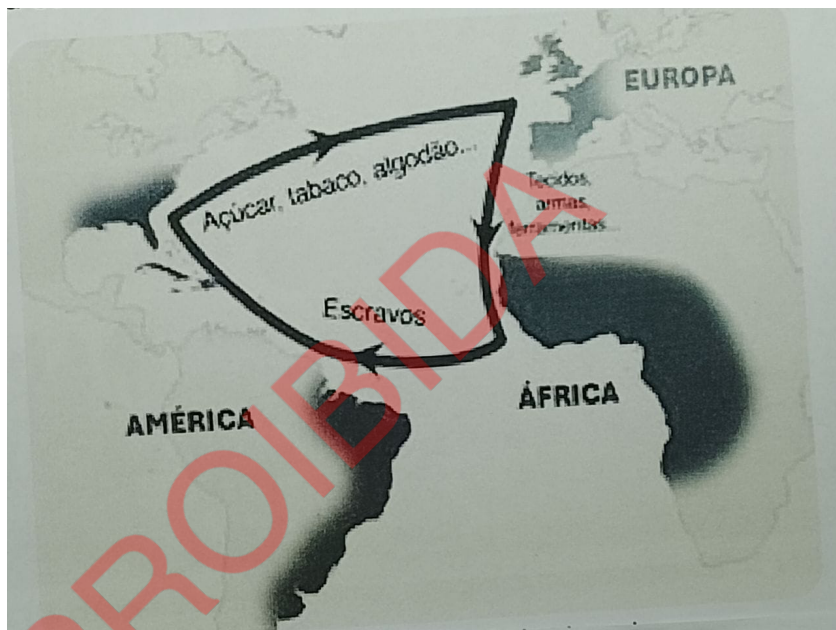


Fig. 3: Comércio triangular

serem vendidos como escravos e levados para trabalhar nas grandes plantações de café, cacau e cana-de-açúcar nas Américas, ilhas Comores, Mascarenhas e Madagáscar.

Exercícios de consolidação 3

1. Assinala com V as afirmações verdadeiras e com F as falsas.

- A expansão europeia foi um conjunto de viagens marítimas do século XV para conhecer o continente africano. ()
- Um dos motivos da expansão europeia do século XV-XVIII foi a insegurança das antigas rotas comerciais. ()
- Os pioneiros da expansão marítima são Portugal e Espanha. ()

d) Na 2.^a fase da expansão europeia destaca-se Portugal como maior potência marítima.
()

e) Uma das consequências sócio-culturais da expansão europeia é a miscigenação dos povos. ()

2. Descreve a situação sócio-política da Europa no século XV, no início das grandes viagens marítimas.

3. Menciona as principais causas da expansão marítima europeia.

4. Preenche, no teu caderno, os espaços em branco sobre o comércio triangular:

Continentes	Mercadorias fornecidas	Mercadorias recebidas
		Ouro, prata, açúcar, tabaco, algodão
	Escravos	
América		

5. Comenta a afirmação abaixo:

“O maior beneficiado do comércio triangular foi a Europa e o maior prejudicado foi a África.”

1.3. A evolução política, económica e cultural na Europa entre os séculos XV – XVIII

1.3.1. Os movimentos culturais e religiosos

O contexto político, económico e sócio-cultural da Europa do século XV foi marcado por crises, transformações e pelo impulso das aventuras expansionistas, factores que justificaram a necessidade de uma revolução artístico-cultural e técnico-científica. A ascensão de uma burguesia cada vez mais próspera contribuiu decisivamente para esse processo, pois essa nova classe social, movida pelo desejo de afirmar o seu poder e prestígio, procurou embelezar as cidades e os edifícios com obras de arte que reflectissem a mentalidade emergente, humanista, naturalista, individualista e clássica. Paralelamente, no campo religioso, começaram a surgir vozes críticas à doutrina e aos dogmas da Igreja Católica, movimentos que acabariam por culminar na Reforma Protestante.

O Renascimento e o Humanismo

O **Renascimento** é um movimento intelectual e de renovação cultural que se desenvolveu na Itália, nos séculos XIV e XV, caracterizado pela imitação da cultura e da arte da antiguidade greco-romana. Este movimento foi liderado por artistas e intelectuais, apoiados pela burguesia (mecenas) ansiosos em fazer valer os novos ideais modernos em oposição aos valores medievais que dominaram durante a Idade Média.

O **Humanismo** é um movimento que surgiu na Europa entre os séculos XIV e XVI, durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna, estando fortemente ligado ao Renascimento. Caracterizou-se pela valorização do ser humano como centro do pensamento e da vida cultural, defendendo a razão, a educação e a dignidade humana. Inspirados na cultura clássica greco-romana, os humanistas acreditavam que o conhecimento permitiria ao homem compreender melhor o mundo e a si próprio, promovendo uma nova forma de pensar e interpretar a realidade.

Algumas características do Renascimento

O período do Renascimento tinha as seguintes características:

- **Humanismo** – o **Homem é o centro das atenções, acreditava-se na razão, na liberdade e na capacidade humana de criar e descobrir.**
- **Classicismo** – retorno aos valores clássicos (greco-romanos).
- **Naturalismo** - nova mentalidade baseada no conhecimento científico e na ideia de que a natureza é o princípio supremo e a fonte do conhecimento.
- **Individualismo** - valorização do indivíduo, sua razão, liberdade, criatividade e responsabilidade pessoal, em contraste a idade medieval que subordinava ao Homem, à vontade divina e às instituições religiosas.
- **O racionalismo e o espírito crítico** – em primeiro lugar a razão na interpretação dos fenómenos, rejeitando os dogmas e os pensamentos que têm como base a fé.

Factores do desenvolvimento do Renascimento na Itália

Os factores de desenvolvimento do Renascimento na Itália são:

- A prosperidade económica nas cidades italianas de Veneza, Génova, Florença;
- O surgimento da burguesia e do mecenato;

- O crescimento do comércio e da economia urbana;
- A chegada à Itália de sábios bizantinos entre os séculos XV-XVI, levando consigo a cultura clássica;
- O surgimento de escolas de artes e universidades;
- A invenção da imprensa.

Embora o humanismo tenha surgido na Itália, o movimento espalhou-se por diferentes países graças à invenção da imprensa.

Alguns artistas e autores renascentistas/humanistas

Na pintura - Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo, Giotto, Rafael, Botticelli.

Leonardo da Vinci destacou-se pelas suas obras mais famosas, entre as quais se encontram *Mona Lisa* (também conhecida como *Gioconda*), *a Última Ceia*, *a Virgem dos Rochedos*. Já Miguel Ângelo ganhou reconhecimento pela pintura do tecto da Capela Sistina, no Vaticano, uma das grandiosas expressões artísticas do Renascimento.

Na literatura - Dante Alighieri; Francisco Petrarca, Giovanni Boccaccio e Nicolau Maquiavel
Dante Alighieri destacou-se com a obra *Divina Comédia* e Nicolau Maquiavel, intelectual e político, escreveu a obra *O Príncipe* que dá indicações sobre a actuação dos dirigentes políticos.

Fora da Itália, pode-se destacar alguns escritores como Erasmo de Roterdão, holandês, que escreveu a obra *Elogio à Loucura*, onde critica a decadência moral da sociedade medieval e Luís de Camões, poeta português, escreveu a célebre obra *Os Lusíadas*. Na mesma época, foram produzidas várias obras em escultura e arquitectura, inspirada nas obras clássicas de autores gregos e romanos.

Exercícios de consolidação 4

1. Define Renascimento.
2. Menciona as características do renascimento.

3. Durante a idade média dominada pelo clero, o pensamento e os fenómenos encontram uma justificação na acção de Deus. Com os renascentistas, o centro passa a ser o Homem.
- Qual é a corrente que coloca o Homem no centro da vida e da análise dos fenómenos naturais e sociais?
4. O que entendes por mecenas?
5. Menciona quatro artistas e autores renascentistas/humanistas que mais se destacaram.
6. Assinala com V ou F as afirmações verdadeiras ou falsas.
- a) O renascimento surgiu na Itália, por volta do século XV, graças ao trabalho desenvolvido pela burguesia no apoio aos trabalhos literários e artísticos. ()
 - b) Os mecenas são Homens ricos ligados à igreja que lutam contra a representação humana nas artes, o culto a personalidade, em defesa dos dogmas religiosos. ()
 - c) Os Homens do renascimento procuram a glória individual e a fama, para isso, produziram ou encomendaram obras monumentais de pintores, escultores e arquitectos famosos. ()
 - d) O espírito crítico que caracteriza os renascentistas consiste em colocar a razão acima dos dogmas/da fé. ()

1.3.2. A crise religiosa do século XVI: A Reforma Protestante e a resposta da Igreja Católica

Reforma religiosa ou Reforma Protestante

A Reforma religiosa foi um conjunto de transformações verificadas no seio da Igreja Católica na Europa que iniciou no século XIV e se prolongou até ao século XVI, tendo culminado com o surgimento de novas igrejas designadas protestantes. Ela é uma das manifestações da crise do regime feudal e da transição para o período moderno.

Antecedentes da Reforma Protestante ou Reforma religiosa

Os antecedentes da Reforma Protestante **ou Reforma religiosa são:**

- **O enfraquecimento do papado** - disputa do poder entre a igreja e o poder político, como resultado da acumulação de riqueza pelo Papa que ultrapassou a do próprio rei. Esta disputa culminou com o chamado Cisma do Ocidente, que foi uma divisão

da igreja entre 1378 e 1417 que passou a ter dois Papas: o Papa Clemente VII, em Roma (Itália) e o Papa Gregório IX, em Avinhão (França);

- **O movimento de contestação ao luxo e à imoralidade do clero** - acumulação da riqueza, ostentação do Clero e envolvimento em actos de corrupção, provocando o descontentamento dos fiéis;
- **A grande vitalidade religiosa** - os fiéis interpretavam a fome, as guerras, as epidemias e a miséria como um castigo divino. Movidos pelo desejo de alcançar a salvação, intensificaram a sua devoção através da prática do culto, da realização de ofertórios e doações à Igreja, bem como da participação em peregrinações e outros actos de fé.
- **A veneração das relíquias** - os crentes acreditavam que os objectos usados por Jesus Cristo, pela Virgem Maria e outros Santos possuíam um poder protector e curativo. Estas relíquias eram vendidas aos crentes.
- **A venda das indulgências** - prática que se vulgarizou no seio da Igreja Católica no século XVI e consiste na venda do perdão dos pecados a quem se arrependesse, através de peregrinações, jejuns e ofertas de somas de dinheiro, para garantir a entrada no céu.
- **As tentativas de renovação da Igreja** - pretensão de introduzir mudanças na igreja face ao ambiente de descrédito dos fiéis em relação ao clero.

O surgimento do protestantismo

O **Protestantismo** é o movimento religioso que teve lugar a partir do século XVI, como resultado da reforma religiosa, cuja característica era a crítica a algumas práticas doutrinárias do catolicismo. Um dos mentores deste movimento reformista foi o alemão, Martinho Lutero.

Martinho Lutero (1483-1546) era um monge que estudou a Bíblia e se tornou um grande pregador. Ele ficou profundamente incomodado com a prática de venda de indulgências para alcançar a salvação. Em 1517, quando era professor de teologia na Universidade de Wittenberg, na Alemanha, Lutero publicou as “95 teses” denunciando os pregadores que vendiam o perdão, defendendo a ideia de que a salvação vinha pela fé. Como

consequência, ele foi considerado herege pela liderança eclesiástica e acabou excomungado em 1521 e a partir desse movimento se desenvolveu o Luteranismo.

O **Luteranismo** é uma corrente protestante criada por Martinho Lutero no início do século XVI na Alemanha. A ideia principal da nova igreja é o princípio da **salvação pela fé**.

Ocorreram, também, movimentos reformistas em outros países europeus, como:

- **Calvinismo** — na Suíça e na França, tendo como principais defensores Ulrich Zwingli e João Calvino. O Calvinismo defende a ideia da **predestinação**, ou seja, que Deus, desde a criação, escolheu quem será salvo e quem será condenado, independentemente dos seus méritos.
- **Anglicanismo** — criado na Inglaterra por Henrique VIII, no século XVI, devido a uma divergência entre o rei e o Papa. O Papa recusou-se a conceder ao rei o divórcio de Catarina de Aragão para que ele pudesse casar com Ana Bolena. Em 1534, o rei pressionou o Parlamento inglês a aprovar o Acto de Supremacia que decreta a separação da Igreja Católica e estabelece o rei como chefe supremo da Igreja na Inglaterra.

Com o surgimento do protestantismo, a Europa cristã ficou dividida em dois blocos: o Norte protestante (onde a maioria dos países seguia as religiões protestantes) e o Sul católico (com a maioria dos países mantendo-se fiel à tradição cristã).

Na sequência da Reforma, a Igreja Católica procurou recuperar a confiança dos seus crentes e garantir a reposição da sua imagem, tendo tomado algumas medidas importantes, no Concílio de Trento (1545-1563). É a chamada Reforma Católica ou Contra-reforma.

A Reforma Católica ou Contra-reforma

A reacção da Igreja Católica face ao avanço do protestantismo foi violenta e repressiva. O clero procurava assim satisfazer o desejo de mudança que os crentes pretendiam e recuperar a imagem da Igreja Católica. Estas mudanças foram decididas no Concílio Ecuménico de Trento convocado pelo Papa Paulo III, com a finalidade de reafirmar a doutrina católica e promover reformas internas.

Algumas medidas importantes foram tomadas nesta reunião da Santa Sé, tais como a criação da **Companhia de Jesus** por Inácio de Loyola para a catequização das pessoas, o **Índex** para acabar com as obras consideradas heréticas e o tribunal da **Inquisição** para julgar e condenar os hereges.

Assim, devemos entender a contra-reforma como conjunto de medidas tomadas pela Igreja Católica com o objectivo de impedir o avanço do protestantismo, sobretudo nos países até então não atingidos.

Exercícios de consolidação 5

1. O período de transição foi caracterizado por uma crise no seio da Igreja Católica devido aos exemplos negativos praticados pelo clero.
 - Menciona três exemplos negativos praticados pelos membros do clero.
2. Em que consistiu o Cisma do Ocidente entre os séculos XIV-XV?
3. Martinho Lutero, um dos reformistas, critica o pagamento das indulgências.
 - Comenta a crítica feita por Martinho Lutero, em 1517.
4. O Anglicanismo foi fundado pelo Rei Henrique VIII da Inglaterra devido a um desentendimento com o Papa Clemente VII.
 - Diz qual foi o motivo do problema entre o Rei e o Papa.
5. O Concílio de Trento, iniciado em 1543, estabeleceu os instrumentos da contra-reforma religiosa: a Companhia de Jesus, o Index e a Santa Inquisição.
 - a) O que entendes por contra-reforma religiosa?
 - b) Qual era a função da Inquisição na contra-reforma?
6. Define os seguintes conceitos:
 - a) Dogma
 - b) Heresia
 - c) Relíquia

1.4. O mercantilismo e o seu papel na pilhagem colonial e acumulação de capitais na Europa

No século XV, os europeus começaram a explorar novos territórios na África e na Ásia, chegando também a um novo continente, a América. As conquistas territoriais foram acompanhadas pelo estabelecimento de relações comerciais entre os mercadores europeus e as comunidades locais.

Os mercadores contribuíram para suprir a escassez de metais preciosos na Europa, trazendo ouro e prata da África e da América, além de escravos africanos.

No século XV, desenvolveu-se na Europa a ideia de que a fonte de riqueza de uma nação baseava-se na acumulação de metais preciosos e no comércio exterior, o chamado **mercantilismo**.

Características do mercantilismo

- **Metalismo** – é o princípio básico do mercantilismo, segundo o qual a riqueza de um país tem como base a quantidade de metais preciosos (ouro e prata) que possui nos seus cofres.
- **Balança comercial favorável** - é uma estratégia que visa evitar a saída de metais preciosos (moeda) do país para garantir pagamentos internacionais feitos em ouro e prata. A estratégia passa por aumentar a produção manufactureira interna e o aumento da exportação (vender mais) e diminuir a importação de produtos estrangeiros (comprar menos).
- **Nacionalismo económico** - é uma política que defende que um país deve controlar sua economia de forma a proteger e fortalecer seus próprios interesses nacionais, em vez de depender de outros países.

Defensores do mercantilismo

O mercantilismo desenvolveu-se por quase toda Europa e teve destaque na França, durante o reinado de Luís XIV. Nesse período, destacou-se Jean-Baptiste Colbert (1619–1683), economista e político francês, considerado o principal mentor do **mercantilismo francês ou colbertismo**, que se baseava em:

- assumir uma política proteccionista onde o Estado intervém directamente na economia, regulando e protegendo a produção manufactureira e o comércio;
- colocar a riqueza e a economia francesa ao serviço do estado;
- estimular a construção naval e a indústria de armamento e de produtos de luxo.

Na Península Ibérica (Portugal e Espanha), o mercantilismo foi denominado **metalismo** ou **bulionismo**, caracterizando-se pela acumulação de metais preciosos obtidos na África, na América e no Oriente.

Na Inglaterra, o chamado **comercialismo e industrialismo**, ou **mercantilismo inglês**, desenvolveu-se com base na exploração das riquezas nacionais agrícolas, minerais e industriais, bem como no fortalecimento do comércio externo.

O **mercantilismo holandês** desenvolveu-se a partir da exploração dos recursos minerais das suas colónias e do incremento do desenvolvimento marítimo.

No século XVIII, em oposição ao mercantilismo, surge o fisiocratismo, uma política económica que defende que a riqueza de uma nação depende da terra e da agricultura. Essa corrente propunha colocar o comércio e a indústria em segundo plano, promovendo o desenvolvimento agrícola.

Os precursores do fisiocratismo François Quesnay, Adam Smith e Turgot, defendem:

- Que a riqueza das nações provém do desenvolvimento da agricultura;
- Que os Estados devem valorizar e estimular o trabalho da terra porque cria a riqueza e garantia à liberdade de concorrência;
- A eliminação de todas as barreiras à exportação de produtos agrícolas.

1.5. O absolutismo

Para o avanço das viagens expansionistas do século XV foi fundamental a existência de estados centralizados na Europa, na altura governados por regimes monárquicos liderados por reis. À medida que o poder do rei aumentava e ele passava a concentrar todos os poderes nas suas mãos, estes regimes tornavam-se monarquias absolutistas. Os monarcas (reis) passaram a centralizar os poderes que, durante a Idade Média, se encontravam distribuídos pelos feudos, nas mãos dos senhores feudais.

Conceito de absolutismo

O absolutismo é um sistema político que vigorou na Europa entre os séculos XVI e XVIII e que se caracteriza pela concentração de todos os poderes — legislativo, executivo e judiciário — nas mãos de um rei. Nesse regime, o monarca controla também a religião, isto é, a ideologia.

As principais características do absolutismo

As principais características do absolutismo são:

- Centralização do poder político, económico, religioso e social nas mãos de um rei;
- Autoridade total e absoluta do rei sobre todos os seus súbditos (classe dominada);
- Rei como chefe supremo e da divindade, realizando o culto religioso.

O absolutismo na França: Reinado de Luís XIV

Na Europa, o absolutismo encontrou o exemplo típico e original na França durante o reinado de Luís XIV (1661-1715) que ficou conhecido como “Rei-Sol” ou “Deus da Luz”.

Para impor o poder absoluto na França, o Rei Luís XIV tomou as seguintes medidas:

- Chamou os nobres e intelectuais para viverem no palácio, onde podia vigiá-los e controlá-los, dando-lhes dinheiro para manter o luxo da corte;
- Acabou com alguns privilégios do clero e criou uma igreja nacional sob o seu comando;
- Tirou os cargos importantes da alta nobreza e os entregou à pequena nobreza e à burguesia, que eram mais fiéis ao rei.

O absolutismo na França de Luís XIV baseava-se na ideia do direito divino, segundo a qual o poder provinha de Deus, por isso, o rei devia prestar contas apenas a Ele (Deus). O rei Luís XIV resumiu seu poder na célebre frase: “*L’État, c’est moi*” (O Estado sou eu).

Alguns defensores do absolutismo

Nicolau Maquiavel - escreveu *O Príncipe*, onde expõe os princípios de uma governação absolutista e defende que os fins justificam os meios.

Jean Bodin - escreveu *A República*, onde defende que o soberano não pode ter limitações, nem se submeter a qualquer ameaça.

Thomas Hobbes – na sua obra *O Leviatã*, afirma que o *Homem é por natureza lobo do outro Homem*, isto é, mau e vive em constante guerra. Para evitar o caos, ele propõe um contrato social em que os cidadãos entregam seus direitos ao soberano (o Leviatã), que detém poder absoluto para garantir a ordem, inclusive usando a violência se necessário.

Jacques Bossuet - escreveu *Política*, segundo a Sagrada Escritura, em que o autor defende que a autoridade do rei é sagrada e que o rei age como ministro de Deus na Terra.

Os autores que apoiavam o absolutismo defendiam um Estado com poder concentrado nas mãos de um rei que mandava em todos e podia usar a força para impor suas ordens.

No final do século XVII, o governo do rei Luís XIV começou a ter problemas por causa do luxo exagerado nos palácios e das muitas guerras. Essa crise abriu caminho para uma nova forma de governo influenciada pelo Iluminismo, chamada **Despotismo Esclarecido**.

No Despotismo Esclarecido, o rei ainda tem muito poder, mas deve governar de forma racional e pensando no bem do povo.

Os principais objectivos desse tipo de governo eram:

- Melhorar a economia;
- Apoiar a burguesia e acabar com os privilégios da nobreza e do clero;
- Separar o poder político da Igreja;
- Promover a educação para todos.

1.6. O Iluminismo

No século XVIII, desenvolveu-se na Europa a corrente do Iluminismo, que defendia os valores da liberdade, da igualdade e valorizava a razão e o progresso da ciência como meios para alcançar a felicidade humana.

O Iluminismo consistia em “iluminar” a mente do homem, libertando-o da ignorância e tornando-o capaz de criticar e reflectir. Os Iluministas criticavam as ideias políticas, económicas, sociais e religiosas do seu tempo e desejavam mudanças, que inspiraram posteriormente as revoluções liberais e burguesas ocorridas no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX.

Princípios do Iluminismo

Os princípios do iluminismo são:

- A ideia do progresso para romper com o passado de superstição, ignorância e fanatismo religioso;
- O racionalismo - valorização da razão - onde tudo deve ser submetido à crítica e nenhuma ideia pode ser tida como verdade absoluta;
- As ideias de liberdade, tolerância e igualdade de todos perante a lei;
- O direito à felicidade, onde os governantes devem garantir o bem-estar da população;

- A separação dos poderes executivo, legislativo e judicial.

Representantes do Iluminismo

François-Marie Arouet, conhecido por **Voltaire** foi defensor da liberdade individual, da liberdade de opinião e de expressão.

Jean-Jacques Rousseau - defendia que todos são iguais perante a lei e que a soberania pertence ao povo, que deve escolher seus governantes por meio do voto.

Charles Louis de Secondat, conhecido por **Montesquieu** foi defensor da separação dos poderes legislativo, executivo e judicial, confrontando o princípio absolutista da concentração de todos os poderes nas mãos do rei.

1.7. As Revoluções Burguesas

1.7.1. A Revolução Burguesa na Inglaterra

Revolução Burguesa na Inglaterra é um exemplo clássico de mudança profunda num país. Geralmente, uma revolução ocorre após eventos políticos, económicos, sociais ou científicos que transformam a estrutura existente, podendo resultar na substituição de grupos no poder, na mudança do modo de produção ou na reorganização do Estado e da sociedade.

Causas da Revolução Burguesa na Inglaterra

(i) O Surgimento das tendências absolutistas

Até o início do século XVII, enquanto na França o absolutismo se fortalecia, os reis da Inglaterra procuravam respeitar as tradições, as leis e os costumes do povo inglês. No entanto, quando a rainha Isabel I morreu e o rei Jaime I subiu ao trono, começaram a aparecer tentativas de introduzir o absolutismo no país.

Jaime I começou a agir de forma autoritária, tomando decisões sozinho e contrariando as leis que existiam. Essa atitude desagradou a burguesia (os comerciantes e donos de negócios), que desejava mais liberdade e menos poder nas mãos do rei.

As principais medidas despóticas (autoritárias) tomadas por Jaime I foram:

- Cobrar novos impostos sem pedir a autorização do Parlamento;
- Dissolver o Parlamento várias vezes, sempre que este discordasse das suas decisões;
- Interferir no comércio, dando privilégios especiais a algumas companhias e prejudicando outros comerciantes;

- Conduzir a política externa sem pensar nos interesses da economia inglesa.

Por exemplo, enquanto os comerciantes queriam voltar a lutar contra a Espanha para enfraquecer o poder comercial espanhol, Jaime I preferiu assinar um acordo de paz com a Espanha, o que gerou descontentamento entre muitos ingleses.

(ii) Problemas religiosos entre o rei e os protestantes

Durante a Reforma Religiosa, a religião oficial da Inglaterra, o anglicanismo, alternava entre ideias protestantes e católicas. No reinado da rainha Isabel I, tentou-se uma política de equilíbrio, procurando unir as duas correntes religiosas.

No entanto, os protestantes mais radicais acharam que a Igreja Anglicana ainda se parecia muito com a Igreja Católica. Por isso, criaram um movimento chamado **Puritanismo**, que defendia uma Igreja mais simples e totalmente protestante.

Quando o rei Jaime I subiu ao trono, passou a favorecer aos católicos e a perseguir os puritanos. Isso aumentou muito o conflito entre o rei e os protestantes. Nessa época, aconteceu a famosa Conspiração da Pólvora, um plano de católicos fanáticos para explodir o Parlamento durante uma reunião.

Esses conflitos religiosos juntaram-se a outros problemas, como o governo autoritário do rei e as decisões económicas que prejudicavam os comerciantes que acabaram por causar grande insatisfação social, levando à **Revolução Burguesa na Inglaterra**.

Fases da Revolução Burguesa na Inglaterra

1.ª Fase - Petição dos Direitos e a Guerra Civil (1625-1658)

A política absolutista do rei Jaime I foi continuada pelo seu filho, o rei Carlos I, o que aumentou o descontentamento do povo inglês. Aproveitando esse clima de insatisfação, o Parlamento apresentou ao rei um documento chamado "**Petição dos Direitos**", que exigia o respeito pelas liberdades e pelos direitos dos cidadãos.

Mesmo assim, Carlos I continuou a governar de forma autoritária. Ele tomava decisões sem consultar o Parlamento, aumentava impostos para financiar as guerras do país e mandava prender pessoas que se opunham ao seu governo.

Essas atitudes fizeram crescer ainda mais o conflito entre o rei e o Parlamento, preparando o caminho para a Revolução Inglesa.

O incumprimento da petição dos direitos pelo rei originou uma guerra civil (1642-1646) opondo os *Cavaleiros* -apoiantes do rei - e os *Cabeças redondas*, como eram chamados os membros do Parlamento.

Os cabeças redondas saíram vitoriosos, marcando o fim da monarquia e a criação da República em 1649. Entre 1649 e 1658 a República foi governada por Oliver Cromwell.

2.ª Fase: A restauração e o Habeas Corpus (1658-1685)

Depois da morte de Oliver Cromwell, em 1658, o filho de Carlos I, Carlos II, tornou-se rei da Inglaterra. O seu governo marcou o início de um novo período chamado Restauração (1660 – 1685), pois o objectivo era restaurar a monarquia no país.

Ao assumir o poder, Carlos II converteu-se ao catolicismo e passou a governar como um rei absoluto, tomando decisões sem consultar o Parlamento. Essa forma de governar causou grande descontentamento popular.

Para defender os direitos dos cidadãos, o Parlamento aprovou, em 1679, o **Habeas Corpus**, uma lei que garantia que ninguém podia ser preso sem motivo justo. Essa medida ajudava a proteger o povo contra prisões ilegais e abusos de poder.

Quando Carlos II morreu, em 1685, o trono passou para o seu irmão, Jaime II, que continuou com a política absolutista e católica. Assim, o conflito entre o rei e o Parlamento manteve-se, aumentando ainda mais as tensões na Inglaterra.

3.ª Fase: A Declaração dos Direitos (1685 – 1689)

O parlamento decidiu convidar a princesa Maria, filha de Carlos II, casada na Holanda com Guilherme de Orange, para tomar o poder. Em 1689, Guilherme de Orange invadiu a Inglaterra e Jaime II fugiu para França. Guilherme e Maria foram coroados reis da Inglaterra, mas antes tiveram que assinar uma “Declaração dos Direitos” na qual estavam expostas as liberdades e direitos dos ingleses e punha limites ao poder do rei. Terminava assim a revolução com o triunfo do Parlamento e da Burguesia na Inglaterra.

O significado e a importância da Revolução Burguesa na Inglaterra

As revoluções provocam sempre grandes mudanças na sociedade. A Revolução Burguesa Inglesa foi um acontecimento muito importante, com consequências políticas, económicas e sociais.

Na política

- A revolução acabou com o absolutismo e com o poder dos senhores feudais;
- Surgiu uma nova monarquia, em que o poder do rei passou a ser limitado pelo Parlamento, formando a monarquia parlamentar;
- O Parlamento tornou-se a principal instituição política do país, marcando o início da separação dos poderes.

Na economia

- Foram criadas condições para o crescimento do comércio, da indústria e da agricultura capitalista;
- A burguesia (classe dos comerciantes e empresários) fortaleceu-se e o capitalismo tornou-se o novo sistema económico.

Na sociedade e na ideologia

- O anglicanismo (religião oficial inglesa) foi consolidado;
- O Parlamento passou a ser visto como a voz do povo e símbolo da liberdade política.

Assim, a Revolução Burguesa na Inglaterra marcou o início de uma nova era moderna, baseada na liberdade, no progresso e no poder do Parlamento.

1.7.2. A independência nas colónias inglesas da América do Norte e o seu significado para o mundo

As 13 colónias inglesas da América do Norte

Os Estados Unidos da América começaram com 13 colónias fundadas por europeus, principalmente ingleses, entre os séculos XVII e XVIII durante a segunda fase da expansão europeia.

Essas colónias eram independentes entre si e estavam divididas em três grupos principais:

(i) Colónias do Norte - Massachusetts, New Hampshire, Rhode Island e Connecticut. Dedicavam-se à indústria, produzindo açúcar, madeira e papel. Foi nessa região que surgiram os primeiros centros urbanos e universidades, com destaque para a **cidade de Boston**.

(ii) Colónias do Centro - Nova Iorque, Nova Jérquia, Pensilvânia e Delaware. Tinham uma população mista, formada por holandeses, suecos, britânicos, alemães e franceses. A economia baseava-se na agricultura e no comércio de cereais e peles. A **Filadélfia** destacou-se como o maior centro urbano e comercial da região.

(iii) Colónias do Sul - Maryland, Virgínia, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia. Dedicavam-se à agricultura de produtos tropicais, como tabaco, arroz, índigo e algodão. O clima quente e húmido favorecia essas culturas. Utilizavam principalmente mão-de-obra escrava africana nas plantações.

Assim, cada grupo de colónias tinha características próprias, mas todas contribuíram para o nascimento dos Estados Unidos da América.

A relação entre a Inglaterra e as colónias americanas

O poder da Inglaterra sobre as suas colónias na América do Norte era limitado, pois elas tinham certa autonomia para se governar. Cada colónia tinha um governador nomeado pela Inglaterra, mas também possuía o seu próprio governo local. As colónias tinham em comum a língua inglesa, a religião protestante e o interesse em defender-se dos franceses que dominavam o interior e dos índios, povos nativos que resistiam à presença europeia.

Medidas impostas pela Inglaterra

Com o tempo, a Inglaterra tentou aumentar o controlo sobre as colónias, o que gerou muitos conflitos que resultaram na imposição de algumas medidas que, de entre as quais se destacam:

- A proibição de ocupar os novos territórios conquistados pelos franceses, a oeste do rio Mississippi;
- A obrigação de fazer comércio apenas com a Inglaterra, seguindo o sistema mercantilista;
- A criação de novos impostos sobre produtos como açúcar, chá e papel selado.

Essas medidas revoltaram os colonos, que começaram a organizar protestos e boicotes contra os produtos ingleses.

Em dezembro de 1773, um grupo de colonos, disfarçados de indígenas, invadiu o porto de Boston e lançou ao mar a carga de chá e outras mercadorias inglesas transportadas por três navios pertencentes à Companhia Britânica das Índias Orientais.. Esse acto ficou conhecido como **“A Festa do Chá de Boston”** (*Boston Tea Party*), símbolo da revolta contra os impostos ingleses.

Em resposta, o governo inglês exigiu o pagamento dos prejuízos, fechou o porto de Boston e criou leis muito duras contra as colónias, conhecidas como Leis Intoleráveis.

No meio do século XVIII, as relações entre a Inglaterra (metrópole) e as colónias americanas tornaram-se cada vez mais tensas e cheias de rivalidade. A partir de 1773, essas tensões aumentaram ainda mais, abrindo caminho para a luta pela independência das 13 colónias.

Breve cronologia da luta pela independência das colónias da América do Norte

• 1773 - The Boston Tea Party - cerca de 50 colonos disfarçados de índios lançaram para o mar centenas de caixas de chá que estavam em três navios ancorados no porto de Boston;
• 1774 - 1.º Congresso de Filadélfia – 1.ª reunião dos representantes das 13 colónias, onde decidiram boicotar todas as mercadorias britânicas com a finalidade de obter o reconhecimento dos seus direitos;
• 1775 - 2.º Congresso de Filadélfia - os representantes das 13 colónias decidiram criar um exército para resistir à dominação inglesa, onde escolheram George Washington para comandante;
• 1776 - Independência da Virgínia - proclamação de uma Declaração dos direitos, seguida de uma Constituição. Seguindo o exemplo da Virgínia, as 13 colónias decidem unir-se e aprovar a Declaração da Independência dos Estados Unidos da América. Era o início da guerra aberta contra a Inglaterra;
• 1777 - Derrota das tropas inglesas na batalha de Saratoga; a França apoia e reconhece a independência dos EUA e luta contra a Inglaterra ao lado dos revoltosos;
• 1781 - Derrota dos Ingleses na batalha de York Town;
• 1783 - Tratado de Versalhes - a Inglaterra reconhece a independência americana;
• 1787 - Nova Constituição dos EUA (união das 13 colónias inglesas da América do Norte);
• 1789 - Eleição de George Washington como 1º presidente dos EUA.

A Constituição Americana de 1787 e sua importância

A Constituição é a lei fundamental de um país que garante os principais direitos e deveres dos cidadãos e os limites da actuação do governo.

Depois de longas negociações, as antigas colónias chegaram a um compromisso de união e aprovaram, em 1787, uma Constituição com as seguintes garantias:

- liberdades e direitos dos cidadãos;
- separação dos poderes legislativo (exercido pelo congresso), executivo (controlado pelo presidente) e judicial (pertencente aos tribunais);
- organização política sob a forma de Estados Federais - cada Estado Federal conserva a sua autonomia e o governo central é responsável pela defesa e política externa e;
- soberania da nação, sendo o presidente e o congresso eleitos através do voto do povo.

A Constituição americana põe em prática, pela primeira vez, as ideias iluministas, marcando por isso o triunfo do Iluminismo.

A Revolução Americana serviu de modelo às revoluções liberais no Ocidente, com destaque para Revolução Francesa.

Exercícios de consolidação 6

1. O que foi a Revolução Burguesa na Inglaterra?
 - a) Quais foram as suas principais causas?
 - b) Indica as fases da Revolução Burguesa na Inglaterra.
2. Qual foi a importância e o significado da Revolução Burguesa na Inglaterra?
3. Quais foram as mudanças políticas trazidas pela Revolução Burguesa na Inglaterra?
4. Explica como a Revolução Burguesa influenciou a economia inglesa.
5. Mesmo com certa autonomia, as colónias americanas enfrentavam regras impostas pela Inglaterra que limitavam suas decisões.
 - Que tipo de acções os colonos tomaram para expressar a sua insatisfação sem recorrer imediatamente à guerra?
6. Por que é que as 13 colónias americanas, apesar de terem origens e economias diferentes, sentiram a necessidade de se unir contra a Inglaterra?
7. De que forma a Constituição de 1787 reflectiu ideias do Iluminismo e garantiu mudanças importantes na forma de governar os Estados Unidos?

1.7.3. A Revolução Francesa (1789-1799)

A Revolução Burguesa na França, tal como a Revolução Burguesa na Inglaterra, foi uma revolução anti-absolutista e anti-feudal, inspirada nos valores iluministas de liberdade, tolerância e igualdade de todos perante a lei e na separação dos poderes executivo, legislativo e judicial.

Causas da Revolução Francesa

- (i) **Crise económica** (1788 e 1789) - A Revolução Francesa foi motivada por uma crise económica, causada por más colheitas, aumento do preço do pão, queda na produção de gado e do vinho, problemas na indústria devido à falta de algodão americano, desemprego, redução do poder de compra e concorrência com produtos ingleses.

- (ii) **Crise social** - A Revolução Francesa também teve causas sociais, como a divisão da sociedade em classes com direitos desiguais e as más condições de vida, que geraram revoltas rurais e urbanas, resistência dos camponeses ao pagamento de rendas e descontentamento dos operários com baixos salários e desemprego.
- (iii) **Crise ideológica** - nesta crise destaca-se a influência dos ideais iluministas, que incentivaram a propaganda contra o regime absolutista. Essas ideias eram difundidas por jornais, clubes maçônicos e pelos próprios soldados franceses.

A convocação dos Estados Gerais e a tomada da Bastilha

A crise na França provocou revoltas contra os privilégios do clero e da nobreza. Para resolver a situação, o rei Luís XVI convocou, em 1789, os Estados Gerais, o clero, a nobreza e o Terceiro Estado (burguesia e povo), para aprovar um imposto sobre propriedades rurais. Durante a reunião, surgiram conflitos entre os grupos. O clero e a nobreza queriam manter privilégios, enquanto o Terceiro Estado exigia igualdade, impostos para os mais ricos e o fim do poder absoluto do rei.

A discordância sobre o voto por estado ou por pessoa levou o Terceiro Estado a criar a Assembleia Nacional Constituinte não reconhecida pelo rei, desencadeando a revolta que culminou na tomada da Bastilha, em 14 de Julho de 1789.

Nesse contexto, Jean-Paul Marat, jornalista e político, destacou-se pelo seu carácter impetuoso e pela perseguição aos grupos mais moderados que considerava conspiradores contra a revolução. O seu discurso radical granjeou-lhe a simpatia do povo, e Marat passou a representar os **jacobinos** na luta pelo derrube dos **girondinos**.

À tomada da Bastilha, seguiu-se na França um período revolucionário dividido em três etapas: Assembleia Nacional Constituinte, a Convenção Nacional e o Directório.

Etapas da Revolução Francesa

1.ª etapa - Assembleia Nacional Constituinte (1789-1791)

Como órgão supremo da França, a Assembleia Nacional Constituinte decidiu:

- abolir a servidão e os direitos feudais;
- nacionalizar os bens do clero e da nobreza;
- aprovar uma Constituição Civil;
- aprovar a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789;

- promulgar a Constituição de 1791 que estabelece a monarquia constitucional;
- dar aos judeus e protestantes os mesmos direitos dos restantes cidadãos;
- extinguir os títulos de nobreza;
- introduzir a liberdade de imprensa e a igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

2.ª etapa: A Convenção Nacional (1792-1795)

Esta fase foi marcada pela violência, prisões arbitrárias, execuções e invasão estrangeira, que resultou no cerco à Paris.

A implementação do Reinado do Terror elevou a popularidade de Robespierre, devido a perseguição e execução dos opositores da Revolução. O próprio rei Luís XVI foi preso e executado na guilhotina, em Janeiro de 1793, facto que marcou o fim da monarquia e a proclamação da República.

A Convenção elaborou uma nova Constituição em 1793 e procurou estabelecer uma democracia social, adoptando diversas medidas, entre as quais:

- concessão de abonos aos pobres e socorro aos doentes;
- ajuda aos idosos, viúvas e crianças;
- introdução do ensino primário laico, obrigatório e gratuito.

A fase da Convenção foi muito agitada, caracterizada por lutas pelo poder entre os girondinos (representantes da burguesia) e os jacobinos (representantes das camadas populares do campo e da cidade), bem como por uma forte repressão, em que a guilhotina se tornou o principal instrumento de execução de condenados — entre eles, reis, membros do clero e da nobreza.

A principal figura deste período foi Maximilien de Robespierre, chefe dos jacobinos e um dos principais responsáveis pela introdução da guilhotina. Mais tarde, porém, foi também ele acusado pela própria Convenção, preso e executado na guilhotina, a 27 de Julho de 1794, juntamente com outros dos seus aliados.

3.ª etapa: O Directório (1795-1799)

O Directório foi um órgão executivo constituído por cinco directores e duas assembleias, que vigorou entre 1795 e 1799, um período caracterizado por uma crise económica, seguida da invasão dos países europeus à França.

A situação económica da França piorou com a subida do custo de vida e o desemprego a tomar grandes proporções. Para conseguir a paz interna e afastar o perigo externo, o

Directório fez apelo ao exército que protagonizou um golpe de Estado a 9 de Novembro de 1799 (18 de Brumário). O general Napoleão Bonaparte, que se distingue nas campanhas de Itália e Egipto, governou a França sob a forma de Consulado, sendo ele próprio o Primeiro Cônsul. O Consulado marca historicamente a transição entre a República Francesa e o Império Napoleónico, mais autoritário.

Importância da Revolução Francesa

A Revolução Francesa teve várias implicações a nível político, social, económico e judicial, para a Europa e para o mundo.

A nível político

- A separação dos poderes executivo, legislativo e judicial;
- A laicização do Estado -separação entre o Estado e a Religião;
- A declaração dos direitos do Homem e do cidadão;
- A proclamação da igualdade de direitos e da liberdade individual e o estabelecimento do respeito pela propriedade privada.

A nível judicial

- A unificação do direito em todo o território francês;
- Eleição dos juizes pelas comunidades locais (por júris) ou nomeação pelo Estado.

A nível económico e social

- A supressão das taxas alfandegárias internas;
- A abolição das instituições do antigo regime;
- O triunfo dos ideais burgueses que deram origem às várias revoluções liberais durante o século XIX.

Exercícios de consolidação 7

Para cada um dos seguintes enunciados, assinala com X a opção correcta.

1. As três principais actividades económicas do período de transição são:
 - A.** Agricultura, pecuária e indústria.
 - B.** Comércio, agricultura e artesanato.
 - C.** Agricultura, indústria e comércio.

- D.** Indústria, pesca e pastorícia.
2. Uma das consequências da primeira expansão europeia foi:
- A.** Decadência do Capitalismo no mundo.
 - B.** Difusão e circulação de culturas agrícolas à escala mundial.
 - C.** Passagem de África para a capital política do mundo.
 - D.** Formação do espírito científico baseado no empirismo.
3. Quais foram as causas da Reforma Religiosa?
- A.** Crise na estrutura da Igreja, tentativas de renovação da Igreja, grande vitalidade religiosa.
 - B.** Grave crise na estrutura da Igreja, tentativas de renovação da Igreja.
 - C.** Encorajamento do Papa, crise na estrutura da Igreja, renovação da Igreja.
 - D.** Grande vitalidade cultural, crise na estrutura política, tentativas de renovação da Igreja.
4. Os Movimentos reformistas que surgiram no âmbito da Reforma Religiosa foram:
- A.** Luteranismo, anglicanismo, catolicismo.
 - B.** Bulionismo, islamismo, catolicismo.
 - C.** Luteranismo, anglicanismo, calvinismo.
 - D.** Luteranismo, anglicanismo, bulionismo.
5. Quais foram as principais causas da Revolução Francesa?
6. Explica o que aconteceu com a convocação dos Estados Gerais em 1789 e como isso levou à tomada da Bastilha?
7. Quais foram as três etapas da Revolução Francesa e suas principais características?

Introdução

Nesta unidade, vais estudar como a Revolução Industrial transformou o mundo entre os séculos XVIII e XIX, analisando a expansão do capitalismo industrial, as inovações tecnológicas e as profundas mudanças económicas e sociais, incluindo novas formas de organização da produção e do trabalho.

Vais também compreender o surgimento do movimento operário, as lutas por melhores condições de vida e de trabalho, o papel das Trade-Unions, a formação dos partidos operários e exemplos de resistência como a Comuna de Paris. Por fim, perceberás como esses factores se relacionam e como as ideias socialistas influenciaram a sociedade inglesa e o mundo do trabalho, lançando as bases do mundo industrial moderno.

2. A Revolução Industrial e o desenvolvimento do Capitalismo Industrial

A Revolução Industrial foi um período de grandes mudanças na economia e na sociedade, iniciado na Inglaterra, por volta de meados do século XVIII. Esse processo aconteceu graças à combinação de factores naturais, como jazigos de ferro e carvão, ao conhecimento científico e às inovações tecnológicas inglesas.

A Revolução Industrial transformou a produção agrícola e manufactureira, os transportes e o comércio, tanto a nível interno como internacional. Os países europeus passaram a explorar mais os recursos de territórios menos desenvolvidos, especialmente da África, que se tornaram fontes de matérias-primas e mercados para produtos industrializados. Ao mesmo tempo, os africanos trabalhavam nas minas e plantações, como mão-de-obra barata.

As transformações ocorridas inicialmente, na Inglaterra, com o tempo, se espalharam para outros países da Europa e da América do Norte, marcando o início de uma nova era económica mundial.

Características da Revolução Industrial

- A substituição da força de trabalho humana pelas máquinas na indústria;

- O aumento da produção e a alteração da forma de organização da produção e das relações de produção;
- A necessidade de garantir mais fontes de matéria-prima e mercados consumidores para a elevada produção industrial.

Factores da Revolução Industrial

O início da Revolução Industrial na Inglaterra, marcado pela mecanização da produção, esteve ligado a outros processos de desenvolvimento, nomeadamente:

- **Revolução agrícola:** introdução de novas técnicas, eliminação do pousio, especialização de culturas, estabulação e melhoramento genético de animais. Surgem as grandes propriedades com os *enclosures* (terras cercadas), substituindo o camponês rendeiro pelo trabalhador assalariado. Esse processo aumentou a produção agrícola e criou uma burguesia rural. A migração forçada de camponeses para as cidades forneceu mão-de-obra barata para as indústrias, enquanto o aumento da produção garantiu alimentos para a população urbana e trabalhadores fabris.
- **Revolução demográfica:** o crescimento populacional aumentou a oferta de trabalhadores e a demanda por bens, estimulando a produção industrial.
- **Navegações e comércio externo:** no século XVIII, a Inglaterra era potência colonial e comercial. A acumulação de riqueza pelo comércio favoreceu o desenvolvimento de sectores como têxtil, metalurgia, construção naval e alimentos. O aumento da produção exigiu expansão dos mercados, tanto urbanos quanto coloniais.
- **Disponibilidade dos recursos naturais** - a abundância de recursos naturais como carvão e ferro foi importante para o arranque da revolução, o que levou ao desenvolvimento da metalurgia.

Inter-relação entre os factores da Revolução Industrial

Aplicação da máquina na agricultura	Aumento da produtividade/melhoria na alimentação /aumento demográfico.
Invenção da máquina a vapor e o seu uso na agricultura, na indústria e nos transportes	Aumento da produtividade – expansão do comércio interno e internacional – acumulação de capitais e o enriquecimento da classe burguesa.
Crescimento das cidades, fábricas e indústrias	O crescimento das cidades e o êxodo rural foram acompanhados pela precariedade das condições de vida dos trabalhadores assalariados e pela degradação ambiental nos bairros pobres, o que gerou protestos da classe trabalhadora e o surgimento de movimentos operários e sindicais.

2.1. As fases da Revolução Industrial e as principais inovações

A Revolução Industrial transformou a forma de produzir e viver, com invenções e novas fontes de energia que mudaram a economia e a sociedade.

Fases da Revolução Industrial

1.ª fase (1780-1870)

Ocorreu na Inglaterra, com destaque para o motor a vapor de James Watt (1769). As indústrias têxteis e metalúrgica foram as principais beneficiadas. Surgiram os transportes ferroviários a vapor, ligando zonas de produção e cidades, facilitando o transporte de pessoas.

2.ª fase (1870-1900)

Outros países, como EUA, Alemanha e França, entram na industrialização. As Novas fontes de energia (petróleo, electricidade e gás natural) substituem o motor a vapor pelo motor a explosão usado em comboios, carros, navios e aviões. As indústrias que se beneficiaram das novas fontes de energia são a siderúrgica, química, eléctrica, alimentar e têxtil.

3.ª fase (após 1945)

O avanço tecnológico marcou o século XX e XXI. Nesta fase, destacam-se os computadores, a internet, os smartphones, a robótica, a inteligência artificial e a exploração espacial. As novas fontes de energia renováveis e a produção de grandes volumes de informação criaram um mundo cada vez mais conectado, levando historiadores a discutirem se já se vive uma 4.ª fase da Revolução Industrial.

A indústria têxtil e metalúrgica foi a principal beneficiária das invenções, especialmente do motor a vapor, que também impulsionou os transportes ferroviários, ligando zonas de produção às cidades e facilitando o transporte de pessoas.

Consequências da Revolução Industrial: O capitalismo industrial

A Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII na Inglaterra, transformou a forma como as pessoas trabalhavam, viviam e produziam bens. Ela teve várias consequências importantes que são:

(i) O surgimento do capitalismo industrial

- O capitalismo industrial é um sistema económico baseado na produção em fábricas e no lucro.

- Empresários passaram a investir em máquinas e fábricas para produzir e vender mais, buscando aumentar seus lucros.
- O dinheiro passou a ser central na economia, e quem tinha capital podia expandir seus negócios.

(ii) A urbanização

- Muitas pessoas deixaram o campo para trabalhar nas fábricas nas cidades.
- As cidades cresceram rapidamente, mas muitas vezes sem planificação, causando problemas como poluição, falta de moradia e más condições de vida.

(iii) As mudanças no trabalho

- Surgiu o trabalho assalariado em que as pessoas trabalhavam por um salário, diferente do trabalho agrícola ou artesanal.
- As jornadas eram longas, os salários baixos e as condições de trabalho perigosas.
- Surgiram movimentos de luta por direitos trabalhistas, como sindicatos.

(iv) O desenvolvimento tecnológico e económico

- Novas máquinas e invenções aumentaram a produção e a eficiência.
- Os produtos ficaram mais baratos e mais acessíveis.
- Houve crescimento do comércio e fortalecimento da economia baseada em indústrias.

(v) As desigualdades sociais

- O capitalismo industrial trouxe riqueza para os empresários, mas muitos trabalhadores viviam na pobreza e criou uma divisão clara entre ricos (capitalistas) e pobres (trabalhadores).

Exercícios de consolidação 8

1. Situa no tempo e no espaço o arranque da Revolução Industrial.
2. Explica como a Revolução Agrícola contribuiu para o surgimento da Revolução Industrial na Inglaterra.
3. Por que é que a disponibilidade de recursos naturais, como carvão e ferro, foi importante para o desenvolvimento da Revolução Industrial na Inglaterra?
4. De que forma a lei dos cercamentos ou *enclosures* favoreceu o desenvolvimento industrial na Inglaterra?
5. Que países entraram na revolução industrial a partir da 2.ª fase.
6. Quais são os sectores industriais que se beneficiaram das inovações da 1.ª fase da revolução industrial?
7. Apresenta 3 consequências sócio-económicas da revolução industrial.
8. O capitalismo industrial inclui conceitos como: propriedade privada, meios de produção e mão-de-obra assalariada.

- a) Identifica os meios de produção privados ligados à Revolução Industrial.
- b) O que entendes por mão-de-obra assalariada?
- c) Qual é a diferença entre o trabalho assalariado e o trabalho servil?

2.2. O Movimento Operário

Durante a Revolução Industrial, surgiu uma nova classe social chamada burguesia industrial, formada pelos donos das fábricas e das máquinas. Essa classe seguia o capitalismo, um sistema económico baseado na relação entre patrões (burgueses) e trabalhadores assalariados (proletariado).

Entre os séculos XVIII e XIX, na Europa, o crescimento do capitalismo aumentou os lucros dos patrões, mas criou também uma grande quantidade de trabalhadores que viviam apenas da venda da sua força de trabalho. Essa situação causou conflitos, pois os patrões queriam pagar salários baixos para lucrar mais, enquanto os operários lutavam por melhores condições de trabalho e salários justos.

Esses conflitos deram origem ao movimento operário, ou seja, às lutas organizadas dos trabalhadores. Entre as principais formas de protesto estavam o ludismo (destruição de máquinas) e as *trade-unions* (sindicatos), que defendiam os direitos dos trabalhadores.

Causas do movimento operário

(i) As condições de vida e de trabalho dos operários na Europa

Com a Revolução Industrial, muitos camponeses deixaram o campo e mudaram-se para as cidades em busca de emprego nas fábricas. Esse movimento, chamado **êxodo rural**, provocou superlotação nas cidades, especialmente entre os jovens. Como havia poucos empregos, os trabalhadores aceitavam qualquer condição de trabalho para não perder o sustento.

Na Inglaterra, por volta de 1901, os operários trabalhavam cerca de 80 horas por semana, e muitos viviam em dormitórios dentro ou perto das fábricas, em condições muito difíceis.

(ii) O uso da mão-de-obra feminina e infantil

Para aumentar os lucros, os patrões contratavam mulheres e crianças, pagando-lhes salários muito mais baixos que os dos homens. As mulheres recebiam menos de um terço do salário masculino, e as crianças metade.

Antes mesmo da Revolução Industrial, as crianças já trabalhavam no campo, em minas e oficinas, ajudando as famílias. Porém, com o crescimento das cidades e os baixos salários,

as famílias pobres começaram a entregar os filhos aos patrões para conseguir mais dinheiro.

As más condições de trabalho, a pobreza e a miséria levaram os operários a organizar greves, protestos e revoltas no início do século XIX, dando origem aos movimentos de luta dos trabalhadores.

O surgimento das Teorias Socialistas

No século XIX, a sociedade europeia caracterizava-se por grandes contradições entre a burguesia, rodeada de luxo, e a classe operária, pobre e miserável. Os intelectuais, atentos às injustiças sociais, reflectiam sobre a situação económica e social dos trabalhadores e propunham ideias para a criação de uma sociedade mais justa. Assim, surgiram as ideias e as doutrinas socialistas: o socialismo utópico e o socialismo científico.

(i) **O socialismo utópico** - o socialismo utópico foi uma forma de pensamento que surgiu na primeira metade do século XIX. Inspirado nas ideias do Iluminismo, criticava o sistema capitalista e queria reduzir as injustiças sociais.

Os socialistas utópicos sonhavam com um mundo mais justo, igual e harmonioso. No entanto, as suas propostas eram difíceis de realizar, pois não se baseavam em estudos científicos da sociedade. Entre os principais pensadores do socialismo utópico estão Charles Fourier (1772-1837), Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1811-1882) e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865).

Saint-Simon defendia uma sociedade dirigida por pessoas que trabalham e produzem como cientistas, engenheiros e industriais e criticava os que viviam sem trabalhar.

(ii) **O socialismo científico** - O socialismo científico surgiu nos meados do século XIX, como tentativa de resolver os problemas dos trabalhadores, uma vez que o socialismo utópico não apresentou propostas práticas para a solução dos problemas desta classe.

Os principais teóricos do socialismo científico são Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Karl Marx apresenta crítica à sociedade capitalista e propõe a tomada do poder pela classe trabalhadora, a ditadura do proletariado, e a socialização dos meios de produção. Portanto, Marx defende uma acção revolucionária para a resolução dos

problemas sociais criados pelo capitalismo industrial, caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho assalariado.

O processo revolucionário socialista passa por um período de controlo estatal dos meios de produção, abolindo a propriedade privada e as classes sociais e, mais tarde, a criação de uma sociedade igualitária, o comunismo.

Os combates do socialismo científico

- **Luta de classes:** cada época da história tem sido marcada pela luta entre classes sociais. Exemplo: Senhor e escravo, senhor feudal e servo, capitalista/burguês e assalariado.
- **Privatização dos meios de produção:** quando os meios de produção pertencem às classes dominantes, essas classes exploram e oprimem os trabalhadores (proletariado).

O socialismo científico propõe:

- **Ditadura do proletariado:** o proletariado, classe trabalhadora revolucionária, deve lutar contra a burguesia, conquistar o poder político e liderar a sociedade.
- **Sociedade comunista:** depois da vitória do proletariado, seria criada uma sociedade sem classes sociais, onde o Estado deixaria de ser necessário como regulador da vida social.

O movimento operário na Inglaterra

No século XIX, os trabalhadores na Inglaterra enfrentavam más condições de vida e de trabalho, baixos salários e desemprego. Sem conseguir melhorias, tentaram se revoltar contra a burguesia. Surgiram então duas formas de luta organizadas:

O ludismo e o cartismo

O ludismo - é um movimento que ocorreu entre finais do século XVIII e início do século XIX, inspirado por Ned Ludd, que destruiu uma máquina de fábrica em protesto contra as condições de trabalho, esse movimento protestava contra a industrialização.

Os ludistas invadiam fábricas, quebravam máquinas, faziam greves e, às vezes, atacavam as casas dos patrões. Não tinham ligação com partidos ou ideologias políticas; seu objectivo era melhorar a vida dos trabalhadores.

O **cartismo** é um movimento reformista que surgiu na Inglaterra, na década de 1830, como resultado da Revolução Industrial.

As exigências deste movimento estavam escritas num documento conhecido como “Carta do Povo” submetido ao Parlamento inglês, em 1838. O nome Cartismo deriva desta Carta que apresenta as principais exigências do movimento que são:

- O sufrágio universal masculino abrangendo todos os homens com 21 anos de idade ou mais;
- O cancelamento da propriedade privada;
- A permissão aos trabalhadores de integrar o parlamento;
- A criação de distritos eleitorais iguais para garantir que todos tivessem o mesmo número de eleitores;
- A instituição do voto secreto; realização de eleições anuais.

Os principais mentores do cartismo são os ingleses Feargus O’Connor (1794-1855) e William Lovett (1800-1877).

2.2.1. Os Trade-Unions na Inglaterra

As Trade-Unions (união de trabalhadores) - são associações de trabalhadores industriais responsáveis pela criação dos primeiros movimentos sindicais na Inglaterra, com o objectivo de lutar pela melhoria das condições de trabalho.

Para alcançar o seu objectivo, desenvolveram acções como:

- Negociações para a fixação de salários para todas as categorias;
- Regulamentação dos salários em função do lucro;
- Organização de greves e apoio financeiro aos operários em greve ou desempregados para atrair mais elementos e aumentar a capacidade de luta.

Com o crescimento do movimento sindical, as *Trade Unions* passaram a actuar na vida política e fundaram, em 1906, o Partido Trabalhista da Inglaterra.

Exercícios de consolidação 9

1. Mediante a situação precária da vida dos trabalhadores criada pelo sistema capitalista, o socialismo aparece como uma crítica do capitalismo e propõe um mundo melhor de igualdade, justiça e harmonia social.

- Apresenta o modelo de sociedade proposto por Saint-Simon.

2. Quem são os principais teóricos e defensores do socialismo científico?
3. Com o avanço da Revolução Industrial, os operários começaram a encarar as máquinas como um problema e como uma causa do seu sofrimento.
 - Dá um exemplo de uma manifestação de contestação contra o uso das máquinas.
4. Apresenta as acções levadas a cabo pelas *Trade Unions* na Inglaterra.

2.2.2. A formação dos partidos operários europeus

(i) A Primeira Internacional

Tendo em vista o fortalecimento dos diferentes movimentos operários, nasce a ideia de cooperação entre os trabalhadores de todas as nações. Esta ideia levou à fundação, em 1864, da Associação Internacional dos Trabalhadores conhecida por **Primeira Internacional**, congregando partidos socialistas e movimentos sindicais de vários países. A comunicação inaugural da 1.^a internacional foi redigida por Karl Marx.

Devido à falta de unidade no seio dos partidos socialistas, a Primeira Internacional dissolveu-se em 1876, mas contribuiu para o fortalecimento da consciência da classe operária e para o surgimento de partidos políticos em vários países europeus como:

- Partido Operário Socialista Português (1875);
- Partido Social-Democrata Alemão (1875);
- Federação do Partido dos Trabalhadores Socialistas na França (1879).

(ii) A Comuna de Paris

Desde finais do século XVIII, o movimento operário foi crescendo, acompanhando o processo de industrialização. A formação dos primeiros movimentos operários, na primeira metade do século XIX, mostra o crescimento desse movimento, que começou a se expandir para o campo político, levando à criação de partidos trabalhistas na Europa.

A Comuna de Paris foi um governo popular proclamado em Paris, a 18 de Março de 1871, em resposta à crise económica e social e ao descontentamento da população com a derrota e a humilhação da França na guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Foi, portanto, um governo formado principalmente por operários, o que obrigou o governo provisório a instalar-se em Versalhes.

Os operários e a população mais pobre cercaram Paris e formaram um governo inexperiente, inspirado na experiência dos jacobinos durante a Revolução Francesa e procuraram criar um governo que promovesse a igualdade social.

O programa de reformas da Comuna de Paris incluía:

- O ensino gratuito e obrigatório;
- O direito dos operários de se apropriar das fábricas.

Durante a Comuna de Paris, inspirada nos ideais do Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, foi estabelecido em Paris um poder dirigido pela classe operária. Após a proclamação da Comuna, o governo operário tomou medidas revolucionárias contra os interesses da burguesia. Este regime durou até 28 de Maio de 1871, cerca de três meses, mas implementou algumas medidas importantes.

Medidas tomadas pela Comuna de Paris

- Dissolução da Guarda Nacional (exército, polícia e tribunais);
- Estabelecimento do serviço militar obrigatório;
- Criação do Conselho da Comuna (Parlamento com poder legislativo, executivo e judicial);
- Envio de estudantes, jornalistas e operários qualificados para dirigir e reorganizar os ministérios e empresas;
- Melhoria do salário dos trabalhadores;
- Penalização das sabotagens à economia nacional;
- Amnistia aos presos políticos;
- Reorganização financeira e do sistema de seguros;
- Promoção da igualdade civil entre homens e mulheres;
- Eleição dos funcionários para cargos importantes no Estado pelo povo;
- Separação entre a Igreja e o Estado.

O fracasso da Comuna de Paris

A Comuna de Paris durou pouco tempo, por ter sido um governo inexperiente e formado às pressas, não abrangendo, por isso, todo o território francês. Além disso, outros factores contribuíram para o seu fracasso, tais como:

- a falta de definição clara do poder pretendido pelo proletariado;
- o não estabelecimento de uma aliança sólida com os camponeses, também oprimidos;
- a não nacionalização de um sector importante como o Banco da França, o que permitiu que fosse levantado muito dinheiro para financiar a contra-revolução;
- a reorganização do governo de Thiers (presidente francês durante a Terceira República -1871-1873 - e das suas tropas que se encontravam refugiadas em Versalhes.

Com efeito, para combater o poder do proletariado, o governo de Thiers tomou as seguintes medidas contra-revolucionárias:

- Reuniu as tropas e solicitou à Alemanha a libertação dos prisioneiros de guerra franceses;
- Bombardeou Paris, a 22 de Maio, dando início a uma semana de bombardeamentos que transformou Paris numa cidade sangrenta, onde foram assassinadas entre 17 e 35 mil pessoas.

O significado da Comuna de Paris

Embora a Comuna de Paris tenha durado pouco tempo, deixou importantes lições para as lutas dos trabalhadores:

- A importância de uma aliança coesa entre as classes exploradas;
- A pertinência da tomada do poder político pelos operários;
- A necessidade de uma ideologia clara com vista à conquista do poder político e económico que favoreça à maioria;
- A construção de um partido forte que concretize as resoluções tomadas pela revolução.

Exercícios de consolidação 10

1. Assinala com V as afirmações verdadeiras e com F as falsas.

- a) A Primeira Internacional, fundada em 1864, foi uma organização que congregava movimentos sindicais e partidos socialistas de vários países industrializados. (___)
- b) A Primeira Internacional durou apenas 12 anos. (___)
- c) A comuna de Paris instalou um governo constituído por homens experientes recrutados em todo o território francês. (___)
- d) O governo da Comuna de Paris foi constituído por estudantes, jornalistas e operários qualificados. (___)
- e) A Comuna de Paris significou tentativa de criar uma alternativa de governo baseada na participação popular através de uma transformação social radical. (___)
- f) O governo central francês apoiou a Comuna desde o início. (___)
- g) A Comuna de Paris teve uma duração longa, estendendo-se por várias décadas. (___)

2. Que lição a Comuna de Paris deixou para as lutas dos trabalhadores?

Introdução

Nesta unidade, vais estudar o início do imperialismo, explicando a passagem do capitalismo de livre concorrência para o capitalismo monopolista e a sua relação com a expansão imperialista. Vais compreender o imperialismo como um fenómeno económico, político e social.

Nesse percurso de aprendizagem serão abordadas a Conferência de Berlim e a partilha de África pelas potências europeias, as consequências da ocupação e exploração colonial e as reacções dos povos africanos. A unidade dedica ainda à História de Moçambique, destacando as primeiras formas de resistência à ocupação europeia e a importância da luta africana para compreender a realidade actual de Moçambique e de África.

3. O início do imperialismo e a política imperialista

3.1. A passagem do capitalismo de livre concorrência ao capitalismo monopolista

O capitalismo caracteriza-se pela propriedade privada dos meios de produção, exploração da mão-de-obra assalariada para obter lucro, troca voluntária e por um sistema de preços e mercados competitivos. Nos mercados competitivos, muitas empresas participam sem conseguir influenciar os preços, que são determinados pela oferta e procura. Esse sistema incentiva os fornecedores a praticarem preços mais baixos e a oferecerem produtos de melhor qualidade aos consumidores.

No capitalismo de livre concorrência, as trocas comerciais ocorrem sem intervenção do Estado. Os preços dos produtos são fixados de acordo com a procura:

- Quando a procura é maior que a oferta, os preços sobem;
- Quando a oferta excede a procura, os preços descem.

Em contrapartida, o capitalismo monopolista caracteriza-se pela integração entre as grandes empresas e o mercado financeiro, principalmente os bancos, que passam a controlar tanto as empresas comerciais quanto as industriais, fixando e controlando os preços e, assim, acumulando lucros cada vez maiores.

O capitalismo monopolista teve início na Europa, no século XIX, durante a terceira fase do capitalismo e acompanhou o desenvolvimento do imperialismo.

As formas de concentração horizontal e vertical das indústrias

O capitalismo monopolista, a partir de finais do século XIX, caracterizou-se pela criação de grandes empresas (**concentrações**) pelo aumento do poder dos grandes grupos financeiros e pela impessoalidade das empresas por meio da criação de Sociedades Anónimas de Responsabilidade Limitada (SARL).

As empresas monopolistas surgiram através de iniciativas de concentração industrial, que ocorreram de duas formas:

- a concentração horizontal e;
 - a concentração vertical ou integração.
- (i) A **concentração horizontal** é a associação de empresas do mesmo ramo de actividade, com o objectivo de controlar os mercados e os preços.

Exemplos:

- A indústria automobilística dos EUA reagrupou-se em três construtores: GENERAL MOTORS, FORD e CHRYSLER;
- A PHILIPS holandesa, a GRUNDING alemã e a SANYO japonesa juntaram-se para dominar o mercado mundial de televisores, rádios e outros electrodomésticos.

A concentração horizontal apresenta duas formas, nomeadamente Cartéis e Trusts.

Cartéis – é a associação de empresas a médio prazo, com objectivos de repartir entre si a produção e o mercado. Nos cartéis, as empresas que se juntam mantêm a sua independência financeira e administrativa.

Trusts - é a associação de empresas a longo prazo com uma orientação económica comum que, ao se associarem perdem a sua independência financeira e administrativa.

- (ii) A **concentração vertical ou integração** - acontece quando uma empresa controla todas as etapas de produção de um produto, desde a matéria-prima até a venda ao consumidor. Assim, ela domina a produção, transformação e comercialização dos produtos. Este tipo de concentração é comum na indústria metalúrgica.

No período do imperialismo, as empresas monopolistas ajudaram as potências capitalistas a conquistarem e a dominarem territórios em África. Elas buscavam novas matérias-primas e mercados para seus produtos, participando de viagens de reconhecimento, conflitos territoriais e exploração de recursos naturais e humanos.

A expansão para África surgiu como consequência da necessidade das potências imperialistas dominarem política e economicamente as colónias. A ocupação colonial começou por volta de 1890, motivada:

- pelo crescimento populacional na Europa que gerava necessidade de novas regiões para o excedente de pessoas;
- pela necessidade de investir os capitais excedentes da economia industrial e;
- pela necessidade de controlar política e economicamente novos territórios.

A ocupação de territórios em África, Ásia e América Latina foi feita por tratados com líderes locais ou pelo uso da força militar.

3.2. O Capitalismo monopolista e a expansão imperialista

Até ao início do século XX, a Europa dominava o mundo graças ao seu poder económico conseguido com a industrialização. O desenvolvimento industrial exigia grandes quantidades de matérias-primas e mercados para escoar os excedentes ou produtos fabricados em quantidades cada vez maiores. Para atingir esse objectivo, as potências europeias (Inglaterra, França e Alemanha), na segunda metade do século XIX rivalizaram entre si, na tentativa de dominar mais territórios.

3.2.1 A Conferência de Berlim e a partilha de África

A procura de territórios em África levou a disputas e conflitos entre as potências europeias. Por exemplo, a disputa na região do Congo por Portugal, Bélgica, representada pela Associação Internacional Africana, França e Inglaterra, deu origem ao tratado de Zaire (1884), que antecedeu a Conferência de Berlim.

Na tentativa de encontrar soluções para este e outros conflitos realizou-se a **Conferência de Berlim**, na capital da Alemanha, entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, com os seguintes objectivos:

- Acabar com os conflitos entre as potências europeias na partilha da África;
- Estabelecer as regras da partilha e;
- Redesenhar o mapa político de África.

Decisões-chave da Conferência de Berlim

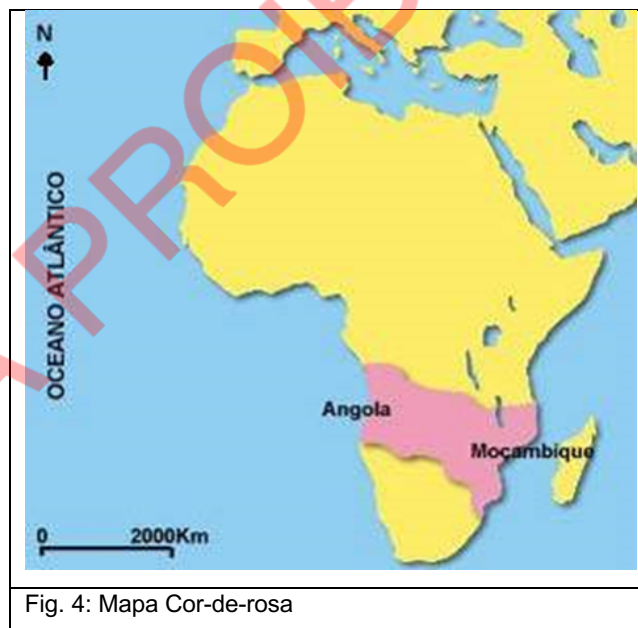
1. Divisão formal de África entre as potências europeias;
2. Garantia da liberdade de navegação nas bacias do Congo e do Níger;
3. Reconhecimento do Estado do Congo sob administração belga;

4. Adopção do princípio da ocupação efectiva que substituiu reivindicações históricas por controlo efectivo.

Depois da Conferência de Berlim, as potências imperialistas (Inglaterra, França, Portugal, Bélgica, Alemanha, Itália e Espanha) iniciaram a partilha dos territórios africanos e procederam à conquista e dominação dos mesmos.

Para a partilha da África, os estados europeus celebraram tratados bilaterais, em que foram demarcadas as actuais fronteiras africanas, sem se respeitar os grupos étnicos africanos. Assim, os povos africanos pertencentes aos mesmos grupos étnicos foram separados em diferentes territórios coloniais. No caso concreto de Moçambique, as fronteiras com os vizinhos Eswatini (Swazilândia), África do Sul, Zimbabwe, Malawi e Tanzânia, dividiram várias etnias locais.

Durante a Conferência de Berlim, Portugal apresentou o famoso mapa cor-de-rosa com o qual pretendia ligar uma vasta área desde Angola até Moçambique, isto é, desde o oceano Atlântico até ao oceano Índico, para facilitar o comércio e o transporte de mercadorias. Este projecto português chocava com os interesses da Inglaterra que pretendia ligar por uma linha férrea



as cidades do Cabo (África do Sul) e o Cairo (Egipto).

Face a este impasse, a Inglaterra enviou um ultimato a Portugal em 1890, em que ameaça romper as relações diplomáticas se este país não acabasse com o projecto.

Portugal, com receio de colocar em causa o tratado de amizade e cooperação militar mais antigo do mundo, cedeu às pretensões inglesas e todo o projecto foi anulado.

3.2.2. Os tratados e a ocupação dos territórios africanos

A ocupação de territórios africanos obedeceu aos seguintes mecanismos: por acordo mútuo entre as potências europeias com o recurso a tratados com os chefes africanos (tratados afro-europeus) e, sobretudo, por via da conquista militar.

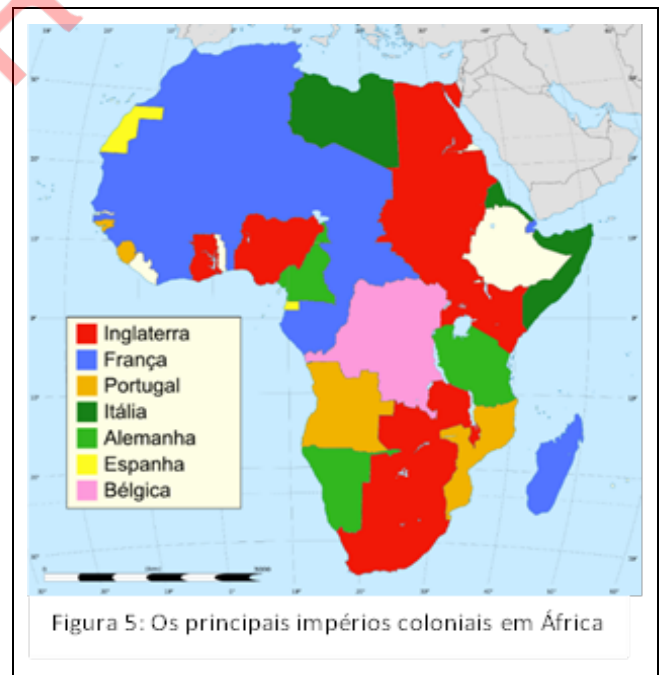
O tratado assinado por Lobengula, rei dos matabeles em Fevereiro de 1888, com os britânicos, concedendo-lhes as terras do seu reino é um exemplo de tratados afro-europeus.

As guerras de ocupação efectiva ocorreram em várias partes do continente africano, incluindo em Moçambique, mas de um modo geral, resultaram na derrota dos africanos, isto é, na aniquilação dos reinos e estados africanos e na morte ou exílio dos antigos reis e imperadores africanos.

Até ao início do século XX, diversos impérios coloniais europeus exerciam domínio sobre diferentes regiões de África, como mostra o mapa.

Império britânico - compreende vastos territórios desde o Egipto, Nigéria, Gana, Serra Leoa, Gâmbia, Quênia, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul até os protectorados do Lesotho, Botswana e Eswatini.

Império Francês - além dos territórios do Magreb (Argélia, Tunísia e Marrocos), a França ocupou a chamada África Ocidental Francesa (Senegal, Níger, Costa do Marfim, Burkina Faso (Alto-Volta, Mali e Guiné) e África Equatorial Francesa (Chade, Gabão, Congo-Brazzaville) e as ilhas africanas do oceano Índico.



Império Português - muito disperso pela África: África Austral (Angola e Moçambique) e África Ocidental (Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe);

Bélgica - na região dos grandes lagos (Congo-belga e Ruanda-urundi);

Império Alemão: Tanzânia, Togo, Camarões e Namíbia;

Império Italiano: Líbia, Eritreia e Somália.

No início do século XX, as potências europeias exploravam recursos naturais e impunham a sua autoridade e um controlo político, económico e cultural sobre as comunidades tradicionais africanas. As potências coloniais buscavam vantagens económicas, através da exploração de recursos minerais, florestais, faunísticos e agrícolas e os recursos humanos através de políticas fiscais e laborais.

As potências europeias exerceram uma influência significativa sobre os territórios africanos, moldando as suas dinâmicas sociais, económicas e políticas nos mesmos.

3.3. A Luta dos povos contra a ocupação efectiva em África e em Moçambique

Nenhum africano participou na Conferência de Berlim onde se decidiu a partilha e a ocupação efectiva de África. Portanto, era de esperar que estas decisões fossem mal recebidas pelos líderes tradicionais africanos que viam os seus territórios a serem usurpados e os seus privilégios soberanos retirados.

Os líderes tradicionais africanos passaram a alegar diferenças culturais que toleravam desde a chegada dos europeus, o comércio de escravos no qual eles próprios participavam directamente para exigir a retirada dos europeus. No entanto, a principal causa das resistências africanas entre finais do século XIX e início do século XX foi a perda da soberania e dos privilégios por parte dos líderes tradicionais africanos, derivados das decisões tomadas na Conferência de Berlim (1884-1885).

A dominação colonial gerou revoltas africanas contra a partilha e ocupação de África realizadas por duas vias:

- **A diplomática** - com tratados de protecção para reduzir a pressão estrangeira;
- **A armada** - com resistências militares de reinos fortes como Zulu, Gaza e Báruè.

A população também participou por meio de sabotagens e boicotes. No entanto, essas resistências fracassaram devido à superioridade militar europeia e a falta de unidade entre os africanos.

3.3.1. Exemplos de resistência na África Austral

A revolta Zulu na África do Sul

Em 1870, os britânicos tentaram dominar o reino Zulu e outros reinos africanos independentes, bem como as repúblicas bóeres do Transval e do Estado Livre de Orange. Em Dezembro de 1878, o alto-comissário britânico na África do Sul mandou um ultimato ao rei Zulu, Cetshwayo, exigindo que retirasse o seu exército e entregasse o controlo de sua nação a um representante britânico.

Não tendo recebido resposta de Cetshwayo, a 11 de Janeiro de 1879, os ingleses decidiram invadir o território zulu, certos de que a superioridade militar britânica iria impor uma rápida derrota aos nativos, o que de facto se viu no terreno, tendo a invasão avançado sem muitos problemas. Em 12 de Janeiro, os ingleses derrotaram os guerreiros Zulu no vale Batshe, ao longo da fronteira Natal-Zulu.

No prosseguimento da resistência, os Zulu somaram algumas vitórias, como a do dia 22 de Janeiro, em que os Zulu enfrentaram os ingleses em Isandlwana e no final havia cerca de 1.300 soldados britânicos e seus aliados africanos mortos e apenas 55 ingleses sobreviveram. Esta foi uma das grandes derrotas da história colonial britânica em África.

No entanto, uma nova incursão militar das forças britânicas chegou à capital Zulu, Ulundi, no final de Junho. Em 4 de Julho de 1879, na última grande batalha, as tropas de Lord Chelmsford derrotaram o exército Zulu. O Rei Cetshwayo logo se rendeu e a Zululândia ficou sob domínio britânico.

A revolta no Sudoeste Africano - Namíbia (1904-1907)

O Sudoeste Africano, território hoje conhecido como Namíbia, foi desde 1880 ocupado pela Alemanha, no âmbito da partilha colonial dos finais do século XIX. Desde logo, os povos locais, nómadas e semi-nómadas, tentaram opor-se à ocupação estrangeira. As maiores acções de resistência na região foram levadas a cabo pelas tribos *nama* da parte ocidental da Namíbia, lideradas por Hendrik Witbooi e Jacob Morenga e pela tribo *herero* da parte central, liderada por Samuel Maherero.

A resistência dos *nama* teve como rastilho a recusa da assinatura do tratado de protecção com os alemães por Hendrick Witbooi. Este morreu em combate em 1905, mas a resistência continuou sob liderança de Jacob Murenga que dois anos depois também foi morto.

Por sua vez, o povo herero liderado por Samuel Maherero organizou uma rebelião contra o governo alemão, em Janeiro de 1904. No início, as forças alemãs mostraram-se incapazes de dominar a resistência dos herero, tendo sofrido uma série de derrotas iniciais, incluindo a destruição de uma companhia militar alemã.

Nos anos subsequentes, várias batalhas foram travadas entre os herero e nama contra as forças coloniais alemãs.

As vitórias dos alemães começaram a aparecer em Março de 1907. Documentos históricos indicam que durante a guerra de resistência no Sudoeste Africano, cerca de 65.000 a 80.000 hereros e 10.000 namas perderam a vida. Além das batalhas militares, os alemães recorreram ao envenenamento de poços. Os hereros e namas que sobreviveram foram levados para campos de concentração e depois espalhados pelo território como força de trabalho, outros ainda se refugiaram nas zonas desérticas.

A resistência em Moçambique

A presença portuguesa em Moçambique teve início no século XV, com a passagem de Vasco da Gama pelo território a caminho da Índia. A partir desse período, os portugueses construíram feitorias (postos de comércio) ao longo da costa moçambicana e do vale do Zambeze, onde criaram uma forma de organização conhecida como **Prazos da Coroa**.

Desde a sua instalação em Sofala, em 1505, e posteriormente, com a formação do governo colonial no final do século XIX, os povos moçambicanos resistiram de várias formas à presença e ao domínio portugueses. Entre os principais episódios de resistência destacam-se:

- 1561 - o padre jesuíta Gonçalo da Silveira foi assassinado por ordem do Mwenemutapa, acusado de feitiçaria;
- 1693 - Changamire Dombo liderou uma rebelião contra os portugueses no Império do Mwenemutapa;
- 1917 - ocorreu a revolta no Estado de Báruè contra o domínio colonial português, durante a Primeira Guerra Mundial.

(i) A resistência no sul de Moçambique

Até à realização da Conferência de Berlim (1884-1885), Portugal havia estabelecido o seu domínio sobre as chefaturas em redor da Baía de Maputo. Após a conferência, Portugal orientou as suas acções para a pacificação das terras a norte da Baía de Maputo, com

especial atenção ao Império de Gaza, que ocupava as actuais províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e algumas parcelas de Sofala e Manica.

O período da conquista do Estado de Gaza coincide com o reinado de Manicusse, conhecido por Ngungunhane, a maior figura da resistência no sul de Moçambique. Para a conquista de Gaza, Portugal usou duas vias: a diplomática e a militar.

As hostilidades entre o Estado de Gaza e a administração colonial portuguesa resultam das seguintes razões:

- a recusa ao pagamento de impostos pelos chefes locais;
- a isenção do pagamento de taxas de caça aos portugueses a norte do rio Limpopo;
- as disputas de terras.

Os chefes Mahazule e Nwamantibjana, dos reinos Magaia e Zixaxa, uniram-se contra os portugueses e travaram a **batalha de Marracuene**, *Gwaza Muthuni*, contra as forças portuguesas dirigidas por Caldas Xavier, a 2 de Fevereiro de 1895.

Derrotados pelos portugueses, os dois chefes africanos refugiaram-se em Mandlakazi (Manjacaze), a última capital do Império de Gaza, onde foram acolhidos por Ngungunhane.

Abordado pelos portugueses, Ngungunhane recusou-se a entregar os dois chefes exilados, Mahazule e Nwamatibjana, acto que foi usado como pretexto para os portugueses atacarem o Estado de Gaza.

A invasão desenrolou-se em três frentes:

- 8 de Setembro de 1895 - uma coluna portuguesa vinda do Sul trava a batalha de Magul, onde se encontrava refugiado Nwamatibjana;
- Outubro de 1895 - uma esquadilha de embarcações penetra pelo Vale do Limpopo e submeteu Bilene e Xai-Xai.
- 7 de Novembro de 1895 - outra coluna vinda de Inhambane trava uma batalha com as forças de Ngungunhane em Coolela, perto de Manjacaze. Derrotado pelos portugueses, Ngungunhane refugia-se em Chaimite, onde acaba por ser preso por Mouzinho de Albuquerque e levado a Portugal, juntamente com o seu filho Godide e Nwamatibjana.

Ngungunhane viria a morrer no exílio, na Ilha dos Açores, em 1906.

Após a prisão de Ngungunhane, houve uma tentativa de continuar a resistência no sul de Moçambique sob a liderança de Maguiguane Khossa, mas este que veio a ser derrotado pelas forças de Mouzinho de Albuquerque na batalha de Mkontueni (Macontente), em Julho

de 1897, quando este tentava fugir em direcção à África do Sul, Maguiguane Khossa foi capturado e morto em Mapulanguene, a 10 de Agosto, marcando assim o controlo definitivo do sul de Moçambique pelos portugueses.

A resistência no centro de Moçambique

O território das actuais províncias de Manica, Sofala, Zambézia e Tete esteve inicialmente ocupado pelos Prazos da Coroa, uma instituição política infiltrada nos Estados dos Mwenemutapas.

A resistência nesta região foi influenciada por dois factores:

- a existência de vários reinos, o que permitia aos invasores fazer alianças com alguns reinos locais para ocupar outros e;
- a forte tradição guerreira ligada ao tráfico de escravos.

A resistência do Estado de Bárue (1917)

O reino de Bárue localizava-se a norte da actual província de Manica. Era tão poderoso que conseguiu resistir às invasões dos Nguni e às constantes disputas com estrangeiros. O poderio militar de Bárue resultava do facto de o Estado ter adquirido dos portugueses e indianos cerca de sete mil armas e uma grande quantidade de pólvora, em troca de ouro e marfim.

As aringas eram áreas militarizadas onde se encontravam aquartelados os exércitos de cativos, chamados achicunda.

As primeiras acções de conquista da região centro de Moçambique pelos portugueses começaram em 1886 e foram dirigidas contra alguns Estados militares do Vale do Zambeze. Como resultado dessas incursões, até 1902 as forças portuguesas já ocupavam vários reinos do Vale do Zambeze, incluindo o Estado de Bárue.

No caso de Bárue, a ocupação de 1902 não pôs fim à resistência. Os makombe, reis de Bárue, mobilizaram forças militares dos regulados shona-karanga locais e contaram com o apoio de líderes mágico-religiosos que convenceram os guerreiros de que as balas portuguesas transformar-se-iam em água e não os atingiriam.

As forças de Bárue estavam distribuídas em aringas e travaram a sua batalha mais dura em 1917.

A revolta começou a 27 de Março de 1917, quando Chemba, Tambara e Chiramba foram

atacados. Em Abril, os portugueses foram expulsos de Massangano, Gorongosa, Cheringoma e Inhaminga, e as instalações da Companhia de Moçambique foram destruídas.

Os revoltosos marcharam para Tete e cercaram Zumbo. Em Dezembro de 1917, os portugueses conseguiram aliar-se aos Nguni, o que lhes permitiu derrotar a resistência de Bárúè e capturar os principais líderes: Nongwe-Nongwe e Macossa.

Causas da revolta de Bárúè

- O recrutamento de carregadores e soldados africanos para o norte de Moçambique, no contexto da I Guerra Mundial, quando as forças alemãs invadiram Cabo Delgado;
- O recrutamento de mão-de-obra para a construção de estradas sem remuneração;
- Os abusos cometidos pelos sipaios coloniais contra os trabalhadores africanos recrutados e violações sexuais às raparigas africanas.

A resistência no norte de Moçambique

No final do século XIX, o norte de Moçambique apresentava uma certa diversidade política.

Ao longo da costa estavam os reinos afro-islâmicos que desenvolviam o comércio de escravos com alguns reinos próximos. No interior, existiam as chefaturas yao, macua e namarrais (reinos da macuana) de onde se obtinha escravos e dedicavam-se também ao comércio do marfim. A concorrência pelo acesso aos mercados dos bens estrangeiros gerava conflitos entre essas chefaturas, sendo as guerras um momento oportuno para a captura de escravos. No planalto de Cabo Delgado, os Macondes encontravam-se organizados em linhagens.

A resistência em Nampula

Logo após a conquista do Estado de Gaza, Mouzinho de Albuquerque iniciou a conquista da região de Macuana. Em 1896 e 1897, duas expedições militares foram lançadas contra a região, mas foram derrotadas.

O sucesso desta resistência deveu-se ao facto de todos os chefes da região de Macuana e do litoral terem adoptado uma estratégia comum contra a ocupação, ou seja, os chefes souberam fazer da resistência uma luta popular, tirando partido da grande coesão que as estruturas sociais e ideológicas permitiam.

Em 1905, os portugueses elaboraram um novo plano de conquista que consistia no aproveitamento da rivalidade existente entre os chefes da costa e os do interior.

Aproveitando essa rivalidade, os portugueses decidiram penetrar através dos cursos dos rios Lúrio, Mecuburi, Monapo, alcançando os reinos do interior, com os quais fizeram alianças para atacar e dominar os reinos da costa. Com os reinos afro-islâmicos da costa ocupados, os portugueses voltaram-se contra os seus antigos aliados e conseguiram também dominar os reinos do interior.

Exercícios de consolidação 11

1. Define o imperialismo.
2. Assinala com V as afirmações verdadeiras e com F as falsas.
 - a) () O imperialismo teve início na África no século XIX.
 - b) () A colonização de África é resultado do capitalismo de livre concorrência.
 - c) () O interesse das potências capitalistas pelas colónias africanas começou no final do século XIX.
 - d) () O capitalismo de livre concorrência foi caracterizado pela formação de grandes grupos financeiros.
3. Menciona as principais potências imperialistas que se destacaram na colonização de África entre os séculos XIX e princípios do século XX.
4. Menciona os principais objectivos da realização da Conferência de Berlim.
5. Em que consistia o projecto português denominado o mapa cor-de-rosa apresentado por Portugal na Conferência de Berlim?
6. Menciona países africanos colonizados pelas seguintes potências:
 - a) Inglaterra
 - b) França
 - c) Portugal
 - d) Alemanha
 - e) Bélgica
7. Por que motivo os povos africanos resistiram à ocupação europeia após a Conferência de Berlim (1884-1885)?
8. Quais foram as principais formas de resistência africana contra a ocupação colonial?
9. Quem foi Ngungunhane e qual foi o seu papel na resistência em Moçambique?
10. Quais foram as causas principais da revolta do Estado de Bárue em 1917?

Exercícios de consolidação 3

1. a) F b) V c) V d) F e) V
2. A situação sócio-política da Europa no século XV é marcada por guerras e epidemias. O período pós-guerra dos Cem Anos e a peste negra foi marcado por um aumento demográfico na Europa e pela necessidade de se obter oportunidades comerciais e explorar ou conquistar novos espaços no mundo pelos europeus.
3. Formação dos estados centralizados na Europa; encarecimento dos produtos orientais; a escassez de metais preciosos na Europa; a curiosidade científica e o desejo de saber mais sobre o mundo fora da Europa.

Continentes	Mercadorias fornecidas	Mercadorias recebidas
Europa	Tecidos, bebidas alcoólicas, armas e pólvora, bijuterias várias;	Ouro, prata, açúcar, tabaco, algodão
África	Escravos	Tecidos, bebidas alcoólicas, armas e pólvora, bijuterias várias
América	Tabaco, algodão, ouro, prata, açúcar	Escravos

4. A Europa, a troco de tecidos, bebidas alcoólicas, armas e pólvora, bijuterias várias, produtos de pouco valor e prejudiciais, consegue obter benefícios e produtos de dois continentes (África e América), nomeadamente, escravos, ouro, prata, açúcar, tabaco, algodão. Por sua vez, a África perdeu o seu recurso mais valioso, homens e mulheres jovens traficados como escravos e viveu momentos de guerras tribais para a captura de escravos, além das profundas marcas psicológicas que o tráfico causou nos negros.

NB. Outros argumentos são aceitáveis, desde que estejam correctos.

Exercícios de consolidação 4

1. O renascimento é um movimento intelectual e de renovação cultural que se desenvolveu em Itália, nos séculos XIV e XV, tendo-se caracterizado pela imitação da cultura e da arte da antiguidade greco-romana.
2. As características do renascimento são: humanismo, classicismo, naturalismo, individualismo, espírito crítico e racionalismo.
3. Humanismo
4. Mecenas são burgueses que apoiam e protegem os artistas e as suas obras.
5. Dante Alighieri Francisco Petrarca, Giovanni Boccaccio, Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo, Giotto, Rafael, Botticelli, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdão e Luís de Camões.
6. a) **V** b) **F** c) **V** d) **V**

Exercícios de consolidação 5

1. A competição e a excessiva acumulação de riqueza, a ostentação e a corrupção no seio do clero; práticas de concubinação, a venda de indulgências e das relíquias, são factores que levaram ao descrédito da igreja pelos fiéis.
2. O cisma do ocidente consistiu numa divisão da igreja entre 1378 e 1417 que passou a ter dois Papas: o papa Clemente VII, em Roma (Itália) e o papa Gregório IX, em Avinhão (França).
3. Martinho Lutero publicou as 95 teses sobre as indulgências, denunciando os pregadores da venda do perdão, do chamado bilhete para o céu, defendendo a salvação pela fé.
4. O papa Clemente VII recusou-se a conceder ao rei Henrique VIII o divórcio de Catarina de Aragão para que o monarca pudesse casar com a sua nova paixão, Ana Bolena. Em 1534, o rei pressionou o Parlamento inglês a aprovar o Acto de Supremacia que decreta a separação da Igreja Católica e o rei como chefe supremo da Igreja na Inglaterra.
5.
 - a) A contra-reforma foi uma reacção da Igreja Católica face ao avanço do protestantismo, em que o clero procurava satisfazer o desejo de mudança que os crentes pretendiam e recuperar a imagem da Igreja Católica.
 - b) A inquisição foi um tribunal criado pelo Papa Gregório IX para combater as heresias em defesa da fé católica e dos bons costumes.
6. a) Dogma- é uma verdade baseada na fé, portanto, inquestionável.
Heresia – doutrina ou pensamento que desrespeita ou contraria os preceitos de uma religião,
Relíquia – objecto preservado pelo seu valor religioso, cultural, sentimental ou histórico, geralmente ligado a uma figura importante, a um santo e, por isso, venerado.

Exercícios de consolidação 6

1.
 - a) A Revolução Burguesa na Inglaterra foi um conjunto de conflitos políticos e sociais que aconteceram no século XVII, com objectivo de limitar o poder do rei e aumentar a influência da burguesia (os comerciantes e donos de negócios).
 - b) As principais causas foram o governo autoritário dos reis Jaime I e Carlos I, que tentavam impor o absolutismo, a cobrança de impostos sem autorização do Parlamento e os conflitos religiosos entre o rei (favorável aos católicos) e os puritanos (protestantes radicais).

- c) A Revolução Burguesa teve três fases principais: Guerra Civil (1642–1649) – Confronto entre o rei Carlos I e o Parlamento, que terminou com a vitória dos parlamentares e a execução do rei. República de Cromwell (1649–1660) – Período em que a Inglaterra foi governada sem rei, sob o comando de Oliver Cromwell. Restauração e Revolução Gloriosa (1660–1688) – O retorno da monarquia, mas com limites ao poder do rei. Em 1688, a Revolução Gloriosa consolidou o poder do Parlamento e estabeleceu uma monarquia constitucional.
2. A Revolução Burguesa foi muito importante porque acabou com o absolutismo na Inglaterra e fortaleceu o Parlamento, criando as bases da monarquia constitucional. Também marcou o início do fortalecimento da burguesia e abriu caminho para o desenvolvimento do capitalismo moderno. Foi um exemplo para outros países que desejavam limitar o poder dos reis e garantir mais liberdades políticas e económicas.
 3. A Revolução Burguesa acabou com o absolutismo e o poder dos senhores feudais. Surgiu uma nova forma de governo chamada "monarquia parlamentar", em que o rei passou a ter seu poder limitado pelo Parlamento. O Parlamento tornou-se a principal instituição política do país e o início da separação dos poderes foi consolidado.
 4. A revolução criou condições para o crescimento do comércio, da indústria e da agricultura capitalista. A burguesia (classe dos comerciantes e empresários) fortaleceu-se, e o capitalismo tornou-se o novo sistema económico, marcando o início de uma economia mais moderna e orientada pelo lucro.
 5. Os colonos organizaram protestos e boicotes aos produtos ingleses, como no caso da “Festa do Chá de Boston”, quando jogaram chá no mar como forma de contestar os impostos e as restrições comerciais impostas pela Inglaterra.
 6. Embora cada grupo de colónias tivesse características próprias (norte industrial, centro agrícola e comercial, sul agrícola com uso de escravos), todas compartilhavam o desejo de se libertar do controle inglês e das restrições económicas, políticas e fiscais, percebendo que a união seria mais eficaz para defender seus direitos e conquistar a independência.
 7. A Constituição estabeleceu a separação dos poderes (legislativo, executivo e judicial), garantiu liberdades e direitos dos cidadãos e organizou o país como uma união de Estados com autonomia. Essas medidas reflectem os princípios iluministas de racionalidade, direitos individuais e limitação do poder do governo, servindo de modelo para outras revoluções liberais.

8. A revolução burguesa na Inglaterra pôs fim a uma monarquia absolutista e ao poder feudal, dando lugar a uma monarquia parlamentar ou constitucional; aumentou o poder do parlamento e definiu a separação dos poderes na Inglaterra.
9. A relação entre as colónias americanas e a metrópole, Inglaterra, era caracterizada por uma certa autonomia das colónias e por vezes conflituosa devido a divergências de interesses.
10.
 - a) Em 1773, um grupo de colonos mascarados e disfarçados de índios, lançou ao mar no porto de Boston três carregamentos de grandes quantidades de chá e outras mercadorias inglesas, pertencentes à Companhia Britânica das Índias Orientais.
 - b) O governo inglês exigiu o pagamento total da carga afundada, determinou o fechamento do porto de Boston e criou leis intoleráveis sobre as colónias.

Exercícios de consolidação 7

1. C 2. B 3. A 4. C

2. A Revolução Francesa teve causas económicas, sociais e ideológicas.
Económicas: más colheitas, aumento do preço do pão, desemprego, queda na produção agrícola e industrial, e concorrência com produtos ingleses.
Sociais: desigualdade entre as classes sociais, más condições de vida dos camponeses e trabalhadores urbanos, revoltas rurais e descontentamento da população.
Ideológicas: influência dos ideais iluministas, que promoviam liberdade, igualdade, tolerância e criticavam o absolutismo, divulgados por jornais, clubes e soldados franceses.
3. O rei Luís XVI convocou os Estados Gerais para aprovar novos impostos sobre propriedades rurais. Durante a reunião, surgiram conflitos: o clero e a nobreza queriam manter seus privilégios, enquanto o Terceiro Estado (burguesia e povo) exigia igualdade e fim do poder absoluto do rei. Ao não serem reconhecidos pelo rei, eles formaram a Assembleia Nacional Constituinte, desencadeando revoltas que culminaram na tomada da Bastilha em 14 de Julho de 1789, símbolo do fim do absolutismo.

4. Assembleia Nacional Constituinte (1789-1791): aboliu direitos feudais, nacionalizou bens do clero, criou a Constituição de 1791 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Convenção Nacional (1792-1795): marcada pelo Reinado do Terror, execução do rei Luís XVI, lutas entre jacobinos e girondinos, criação de medidas sociais e educação pública gratuita.

Directório (1795-1799): crise económica, invasões estrangeiras, aumento do desemprego e subida do custo de vida; terminou com o golpe de Estado de Napoleão Bonaparte e o início do Consulado.

UNIDADE TEMÁTICA II

Exercícios de consolidação 8

A revolução industrial arrancou no século XVIII, na Inglaterra.

1. A Revolução Agrícola introduziu novas técnicas de cultivo, eliminação do pousio, especialização de culturas e melhoramento de animais. Com os enclosures, os camponeses foram substituídos por trabalhadores assalariados, aumentando a produção agrícola e criando uma burguesia rural. Muitos camponeses migraram para as cidades, fornecendo mão-de-obra barata para as indústrias, enquanto a produção de alimentos cresceu, garantindo sustento para a população urbana e trabalhadores fabris.
2. A abundância de carvão e ferro permitiu o desenvolvimento da metalurgia e forneceu energia e materiais essenciais para as novas máquinas e fábricas. Isso facilitou a mecanização da produção e impulsionou o crescimento da indústria na Inglaterra.
3. A lei dos cercamentos deixou muitos camponeses sem terras para o cultivo e provocou um êxodo rural, o que aumentou a disponibilidade da mão-de-obra para as indústrias.
4. EUA, Alemanha e França.
5. As indústrias têxteis e metalúrgica.
6. Transformação dos camponeses e artesãos em operários; formação de uma classe burguesa detentora do poder económico.
7.
 - a) Meios de produção privados: terras, fábricas, indústrias, meios de transportes, etc.
 - b) É uma relação laboral em que o trabalhador vende a sua força de trabalho em troca de um salário.

- c) Na relação de mão-de-obra assalariada, o trabalhador presta um serviço a um empregador, proprietário dos meios de produção, e recebe um salário fixo, enquanto no trabalho servil, o servo trabalha nas terras do senhor feudal e paga a este um conjunto de obrigações feudais/tributos.

Exercícios de consolidação 9

1. Para Saint-Simon, a sociedade deve basear-se no mérito e na capacidade dos que trabalham, liderados pelos cientistas, industriais, engenheiros e considera que aqueles que vivem sem trabalhar e se beneficiam do trabalho dos outros são uma classe ociosa.
2. Karl Marx e Friedrich Engels.
3. O ludismo.
4. Criação dos primeiros movimentos sindicais na Inglaterra; negociação para a fixação de salários para todas as categorias; regulamentação dos salários em função do lucro; organização de greves e apoio financeiro aos operários em greve ou desempregados para atrair mais elementos e aumentar a capacidade de luta.

Exercícios de consolidação 10

1. a. **V** b. **V** c. **F** d. **V** e. **V** f. **F** g. **F**
2. A Comuna de Paris ensinou que é importante formar uma aliança coesa entre as classes exploradas, que os operários assumam o poder político, que haja uma ideologia clara para conquistar o poder político e económico em favor da maioria, e que seja construído um partido forte capaz de concretizar as resoluções da revolução.

UNIDADE TEMÁTICA III

Exercícios de consolidação 11

1. Imperialismo é a política de expansão e domínio económico, político-militar, cultural e ideológico de uma nação sobre outros territórios menos desenvolvidos.
2. a) **F** b) **F** c) **V** d) **F**
3. Inglaterra, Alemanha e França.
4. Regular a liberdade de comércio nas bacias de Congo e do Níger bem como nas novas ocupações de territórios na África Ocidental e nas áreas de interesse comum; coordenar

os interesses, disciplinar as ambições e definir as formalidades da ocupação efectiva; definir as modalidades de acesso às áreas de interesse comum de navegação e de comércio.

5. O projecto mapa côr-de-rosa apresentado por Portugal consistia na união dos territórios de Moçambique e Angola para criar uma única colónia na África Austral, desde o oceano Índico ao oceano Atlântico.
6. Os povos africanos resistiram porque perderam a sua soberania e os seus privilégios, uma vez que as decisões da Conferência de Berlim foram tomadas sem a participação de africanos. Os líderes tradicionais não aceitaram ver os seus territórios ocupados e os seus poderes retirados pelos europeus.
7. As resistências ocorreram por duas vias: **Diplomática:** através da assinatura ou recusa de tratados de protecção para reduzir a pressão estrangeira; **Armada:** com batalhas travadas por reinos fortes como os Zulu, Gaza e Bárue. A população também participou com sabotagens e boicotes.
8. Ngungunhane foi o último rei do Império de Gaza, no sul de Moçambique. Ele resistiu à ocupação portuguesa recusando-se a submeter-se ao domínio estrangeiro e a entregar os chefes que lutavam contra os portugueses. Foi derrotado e capturado em 1895 por Mouzinho de Albuquerque, sendo levado para Portugal, onde morreu exilado.
9. O recrutamento forçado de africanos como carregadores e soldados durante a Primeira Guerra Mundial;
 - A obrigação de trabalhar na construção de estradas sem pagamento;
 - Os maus-tratos e abusos cometidos pelos sipaios coloniais, incluindo violência contra as raparigas africanas.

BIBLIOGRAFIA

- Agostinho, S., & Muchanga, V. N. (2004). *História 9.ª classe*. Maputo: Ministério da Educação.
- Amaral, C. (2009). *Descobrir a História 8*. Porto: Porto Editora.
- Assis, A., et al. (1990). *História 9.ª classe: Da Aurora do Capitalismo às Vésperas da Primeira Guerra Mundial*. Rio Tinto: Asa.
- Coquery-Vidrovitch, C. (Org.). (2004). *A descoberta da África* (2.ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Cumbe, G., et al. (2009). *História – 9.ª classe*. Maputo: Longman.
- Efimov, G., & Zubok. (1974). *História Moderna: As revoluções burguesas*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Macucule, G. (2017). *História: Módulos 3 e 4*. Maputo: Instituto de Educação Aberta e à Distância, MINEDH, CEMOQUE.
- Neves, P. A. (Coord.). (2009). *Descobrir a História 8 - 8º ano*. Porto: Porto Editora.
- Nhampule, T., & Fernando, L. (1998). *História – 9.ª classe*. Maputo: DINAME.
- Recama, D. C. (2006). *História de Moçambique, de África e Universal: Manual de preparação para o ensino superior*. Maputo: Plural Editores.
- Recama, D. C., & Bonde, R. A. (2013). *História – 9.ª classe*. Maputo: Plural Editores.
- Sumbane, S. A. (2010). *História 9.ª classe*. Maputo: Texto Editores.
- Torres, F. (s.d.). *História Universal (Idade Média – Idade Moderna)*. Porto: Edições Asa.